



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- ACTA DA 2.ª REUNIÃO DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA -----

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 7 DE MAIO DE 2004 -----

----- ACTA N.º 6/04 -----

----- Aos sete dias do mês de Maio de dois mil e quatro no Auditório da Assembleia Municipal, em Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência do Senhor Doutor Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes, tendo como Primeira Secretária, a Senhora Maria Madalena Pereira da Silva Castro e como Segundo Secretário, o Senhor Doutor Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas quinze horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente declarou iniciada a 2.ª Reunião da 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de quarenta e um Membros (Elísio Olavo das Neves Gouveia da Veiga, Custódio Mateus Correia de Paiva, Luís d'Andrade da Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Fonseca Santos, António Joaquim Moreira, José Carlos Correia Estorninho, Rui Manuel de Freitas, José António Vilhena Milhano, Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes, Luiz Gonzaga Norton Cardoso de Menezes, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Paulo Jorge Rodrigues de Sousa, Manuel António Madeira Martinho, Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz, António José Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, José Jorge Pereira, Fernando Augusto Frade dos Santos Ferreira, Eduarda Maria Ribeiro Matos Godinho, Armando Agria Cardoso Soares, José Manuel Pereira Duarte Meira, Jorge Valle de Oliveira Batista, Marcos Sá Rodrigues, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Sofia Monteiro da Silva, Pedro Licínio Brandão Martins Pereira, Pedro Duarte Alves de Lara Everand, João Carlos Macedo Viegas, António José Coutinho Lopes Cabral, José António Tavares da Cruz, Carlos Alberto de Sousa

Coutinho, Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira, Paulo Henrique Pereira Mandes de Miranda e Carlos Fernando de Sousa Gaivoto) desta Assembleia Municipal. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

----- Foi estabelecida para a presente Reunião a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS (CONT.) -----

1. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 478/04 – Relativa ao Relatório e Contas de 2003 da CMO – Ofício N.º 25969 – 04.04.19; -----
2. Apreciação da POPOSTA C.M.O. N.º 522/04 – Relativa ao Relatório e Contas de 2003 dos SMAS – Ofício N.º 25977 – 04.04.19; -----
3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 602/04 – Relativa à Proposta de Adesão da CMO à Grande Área Metropolitana de Lisboa – Ofício n.º 30906 – 04.04.29; -----
4. Apreciação da PROPOSTA C.M.O. N.º 481/04 – Relativa ao Relatório e Contas do Exercício de 2003 da PARQUES TEJO, E.M. – Ofício N.º 25973 – 04.04.19; ----- ~
5. Apreciação da PROPOSTA C.M.O. N.º 517/04 – Relativa ao Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2003 da OEIRAS VIVA – Gestão de Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos, E.M. – Ofício N.º 25978 – 04.04.19; -----
6. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1682/03 – Relativa à Actualização das Comparticipações para Obras Gerais de Reforço de Abastecimento de Água para o Ano de 2004/SMAS – Ofício N.º 23902 – 04.04.12; -----
7. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 558/04 – Relativa à Alteração dos Estatutos da AMAGÁS – Associação de Municípios para o Gás – Ofício N.º 25968 – 04.04.19; -----
8. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 324/04 – Relativa à Alteração do Quadro de Pessoal – Ofício N.º 23904 – 04.04.12; -----
9. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 416/04 – Relativa à Tarifa de Conservação – Alteração da Taxa Aplicável e Criação de uma nova Taxa face ao Código do Imposto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal Sobre Imóveis – SMAS – Ofício N.º 25976 – 04.04.19; ----- ~

10. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 422/04 – Relativa ao Regulamento Municipal de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis de Passageiros – Transporte em Táxi – Ofício N.º 25971 – 04.04.19; -----

11. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 426/04 – Relativa à Desafectação do Domínio Público e Permuta de uma Parcela de Terreno no âmbito do Proc.º 19905/03 – Apenso ao 141/03 – Ofício N.º 25970 – 04.04.19; -----

12. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 434/04 – Relativa à Aprovação da Alteração ao Regulamento da Comissão Municipal de Saúde – Alargamento da Composição da Comissão – Ofício N.º 25974 – 04.04.19; -----

13. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 477/04 – Relativa ao Aditamento ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município – Postos de Abastecimento de Combustíveis – Ofício N.º 25975 – 04.04.19; -----

14. Agendamento do Bloco de Esquerda, nos termos do Artigo 25.º do Regimento da Assembleia Municipal, relativo à Revisão do PDM e Plano de Deslocações Urbanas/Plano de Mobilidade; ---

15. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 625/04 – Relativa ao Aumento de Capital Social e Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal SATU-OEIRAS – Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M. – Ofício N.º 30905 – 04.04.29; -----

16. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º /04 – Relativa ao Aumento de Capital Social da Municípia, S.A.; -----

17. Informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Actividade do Município, nos termos da alínea e), do N.º 1, do Artigo 53.º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

3. Sr. Presidente -----

-----O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados peço-vos agora silêncio, vamos dar início à nossa reunião com a agenda que todos conhecem, cumprimento-os a todos, também à Senhora Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, vamos então entrar directamente no ponto um da Ordem de Trabalhos.” -----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

4.1. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 478/04 – Relativa ao Relatório e Contas de 2003 da CMO – Ofício N.º 25969 – 04.04.19 -----

----- Deliberação N.º 18/2004 da A.M. -----

----- Sr. Presidente -----

----- O Senhor Presidente da A.M. referiu o seguinte:

----- “Os documentos estão distribuídos já e em vosso poder há bastante tempo, nós vamos passar imediatamente à discussão, a Câmara Municipal prescinde de qualquer apresentação, uma vez que os documentos são todos do vosso conhecimento, depois responderá a qualquer pedido de esclarecimento que eventualmente seja formulado. Por isso os Senhores Deputados que queiram intervir neste ponto para discussão, farão o favor de fazer sinal à Mesa para efeitos de inscrição. Senhores Deputados pedia o favor de se inscreverem já, para poder fazer a gestão do tempo sob pena de depois ser mais difícil.

----- Senhor Deputado Carlos Gaivoto tenha a bondade.” -----

----- Sr. Carlos Gaivoto (BE) – Pedido de Esclarecimento -----

----- O Senhor Deputado Carlos Gaivoto fez o seguinte pedido de esclarecimento:

----- “Queria um Pedido de Esclarecimento Senhor Presidente. Na primeira reunião desta segunda Sessão tinha proposto à Presidente em Exercício que havia possibilidade de alterar dentro da Ordem de Trabalhos aquele ponto que foi agendado para ponto catorze, para um dos primeiros pontos desta reunião desta Sessão, isto porque como sabe este ponto tinha sido dos dois pontos que tinham ficado por discutir na primeira Sessão, depois não foi contemplado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Evidentemente que houve uma reunião de Líderes, foi-me explicado que na reunião houve este acordo, devo-lhe dizer que estranhei uma vez que quem rege a reunião de Líderes sabia perfeitamente que havia dois pontos na Ordem de Trabalhos, um que era o Relatório e Contas e outro era este, deveriam por isso ter pelo menos primado por pô-los no princípio da Ordem de Trabalhos, tal não se verificou, só queria reafirmar o propósito uma vez que apresentei na última reunião uma proposta para se votar a possibilidade de este ponto vir mais para cima, se isso se mantém ou não?” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** deu o seguinte esclarecimento: -----

----- “A resposta é sim, mantém-se rigorosamente a Ordem de Trabalhos conforme foi definida e aprovada em Conferência de Líderes e tal como eu próprio aprovei, portanto, mantém-se rigorosamente inalterado. -----

----- Vamos agora passar à discussão do ponto um da Ordem de Trabalhos. Os Senhores Deputados que queiram usar da palavra, farão o favor de se inscrever. -----

----- Senhor Deputado Carlos Gaivoto quer começar? Tenha a bondade.” -----

----- **Sr. Carlos Gaivoto (BE)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Gaivoto fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Bloco de Esquerda quer começar esta intervenção nesta segunda Sessão, por relembrar que há coisa de um ano, quando no mês de Maio vinham notícias a público de algumas personalidades da nossa autarquia, que tinham sido envolvidas no escândalo, portanto, estavam a ser investigados, dizia eu que o Bloco de Esquerda quer relembrar que fez uma Moção a propor que se fizesse uma auditoria às contas desta autarquia, tal foi, digamos, reprovada por esta Assembleia, no entanto nós queremos relembrar essa Moção, tanto mais que muito recentemente, esta semana, continuam a surgir indícios que por toda uma série de autarquias continuam a haver este tipo de tráfico de influências. Aliás, no Jornal Público de ontem, naquilo do “diz que disse”, no Jornal de Negócios citando, e, de uma Deputada desta Assembleia Sofia Galvão, a qual passo

até a referir esta frase, relembra-se o seguinte: “Afrontar o mundo do futebol dos circuitos do tráfego de influências é entre nós algo temerário, gosto não só da ideia, trinta anos depois a base da nossa democracia assenta neste imenso pântano”. -----

----- Refiro isto porque logo ao lado também está um artigo interessante que se intitula a “Caixa de Pandora”, e, que passo só a citar este parágrafo: “São feitas de uma apertada malha tecida pela degradação dos serviços, acumulação de cargos, manipulação da política de solos de acordo com os interesses ocultos de empreiteiros desonestos. A articulação entre autarcas gananciosos e sectores da economia paralela, financiamento ilegal dos partidos, têm como modo operando e a técnica dos sacos azuis à apropriação dos fundos públicos em suma, uma atitude predadora em relação ao aparelho de estado, um caciquismo mascarado de capitalismo.” -----

----- Porquê relembrar aquilo que hoje se está a passar na sociedade portuguesa, e, particularmente com a gestão de muitos dos municípios em Portugal, porque estranhamos entre outras coisas, por exemplo, que também para esta Ordem de Trabalhos desta reunião tenha sido agendado um ponto relativamente à Adesão ou não à Área Metropolitana de Lisboa, curiosamente também em intervenções anteriores nós temos sempre reclamado que era necessário discutir uma maior clarividência na maneira como se faz a gestão dos municípios e particularmente na Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Este é para já aquilo que me oferece discutir, porque este é o quadro económico, social e político que, de facto, nós estamos a discutir um Relatório e Contas de um Exercício, não foi feita auditoria, não foi reclamada auditoria, porque quem teve a coragem de assumir a gestão a seguir a outra gestão, e, nestas circunstâncias nós teremos depois intervenções posteriores, relembrar que um Relatório e Contas quando é levado a esta Assembleia deve o ser feito, mas tem que ser feito com memória, a memória para nós não é curta, é bastante longa.”---

----- **Sr. João Viegas (PS)** -----

----- O Senhor Deputado João Viegas fez a seguinte intervenção: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Muito obrigado Senhor Presidente, cumprimento-o desde já como ao Executivo, à Senhora Presidente da Câmara, às funcionárias, meus caros cidadãos e colegas desta casa. -----

-----E atalho de foice, depois desta intervenção do Bloco de Esquerda, em relação aqui ao conteúdo deste Relatório, nós queríamos fazer uma observação que aliás já a fizemos no passado, na altura nós hesitámos se o faríamos no ponto um ou no ponto oito, que tem a ver com os quadros de pessoal, mas uma vez que este apontamento vem no documento que está anexo ao ponto um, começarei a intervenção por referir isso. -----

-----Há uma destacada militante do PSD – D. Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, que de facto, é avençada aqui nos quadros da Câmara, mas a Senhora tem todo o direito de olhar pela sua vida, não é isso que está em causa, mas queríamos só não deixar de referir aqui quando o PSD fala dos “jobs for the boys”, enfim, aqui talvez o termo mais adequado seja “job for the girls”, mas o que, de facto, nos surpreende é que uma Câmara que “Marca o Ritmo”, uma Câmara que nos quadros do Pessoal Administrativo não quer aumentar os lugares, tem aqui uma Técnica para tarefas administrativas, sabemos que estaria no apoio às Juntas de Freguesia, pese embora nós não temos nenhuma notícia de ter ajudado qualquer Junta, pronto isso que ficasse em Acta e em apontamento.-----

-----Em relação a este Relatório, nós queremos destacar que isto é o espelho do Estado da Nação ou seja temos um Governo sem estratégias, sem visão, que aliás como já foi dito pelo Líder do Partido Socialista é o pior Governo para as autarquias, nem dos tempos do Professor Cavaco Silva que não deixam saudades como devem entender para nós, as autarquias foram tão mal tratadas, quando digo que é um espelho, é que se nota aqui os resultados, estamos a falar de factos, diminuição de receitas, fruto da “tanga da tanga”, a diminuição de receitas e já vão dois anos, as autarquias na altura, enfim, alertaram o Governo para essa diminuição de receitas, o Senhor Primeiro Ministro garantiu que iria compensar, mas pelos vistos isso é como a retoma económica, é uma compensação que ninguém vê, preocupa-nos esta redução drástica de receitas

que se traduziu num desempenho e nos níveis de execução, que eu diria que é um ritmo lento, deixámos de estar no ritmo alegre ou “allegretto”, estamos no piano ou “pianíssimo”, estamos a um ritmo muito mais lento, queria aqui destacar quatro áreas quando os índices são verdadeiramente vergonhosos: Protecção Civil com catorze por cento; Desenvolvimento Económico, que é uma coisa espantosa para este concelho, vinte e um por cento; Saúde - dezoito por cento; Administração Municipal - vinte e oito por cento.-----

----- Nós compreendemos que a culpa não será toda do Executivo, como referi no início da intervenção, isto vem de cima. Sabemos que as Câmaras estão com dificuldades monetárias e que não há transferências de verbas, portanto, dentro deste quadro o Partido Socialista só se pode abster perante este Relatório.” -----

----- **Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente da Mesa, Presidente da Câmara, colegas. -----

----- A CDU ao entrar, digamos, na discussão do Relatório e Contas de dois mil e três começa por lembrar que a sua posição pode ser referida quando nós votámos contra o Plano e Orçamento para dois mil e três, é bom que não esqueçamos isso, porque de facto daqui radica que nós votámos contra, porque as prioridades desta Câmara e do Plano de Actividades não eram as prioridades da CDU.-----

----- Posto isto nós vamos entrar na discussão propriamente do Relatório, também começamos por salientar um aspecto que é importante para as autarquias locais e para a vida das Câmaras, que é a entrada em funcionamento do POCAL.-----

----- A entrada em funcionamento do POCAL possibilita, de facto, uma maior transparência da actividade das Câmaras Municipais, agora é fundamental que se criem condições para que aqueles elementos que o POCAL nos fornece e fornece às Assembleias, possam ser trabalhados e analisados, porque na verdade o Relatório e Contas não tem nenhuma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Auditoria, podemos dizer que a Auditoria será realizada à posteriori pelo Tribunal de Contas, mas seria bom que existissem condições para que esta Câmara também pudesse na altura da discussão entrar um pouco por esse campo, isso só acontecerá quando nós recebermos esses Relatórios com tempo, quando esta Assembleia criar uma Comissão para o estudar previamente e para emitir, digamos, um Relatório que depois será apresentado e discutido aqui nesta Assembleia.

De facto, a entrada em funcionamento do POCAL traz avanço e o Relatório da Câmara reflecte isso. É bom também referir, penso que é justo salientar que os Serviços da Câmara, nomeadamente, o Departamento Financeiro respondeu de uma forma correcta às novas exigências e apresentou-nos um documento extraordinariamente útil. Posto esta observação e as palavras que dissemos em relação à nossa posição na altura da discussão do Plano e Orçamento, vamos apenas de uma forma muito sintética referir alguns aspectos, que no nosso ponto de vista demonstram que nem tudo são “rosas” nesta Câmara, e, o optimismo que aqui além se reflecte neste Relatório, é um optimismo que se calhar tem alguns “pés de barro”.

Nós começaremos por ver em relação à execução nas receitas e nas despesas, que de um modo geral pode-se dizer que houve uma execução idêntica ou talvez melhor do que no ano passado, os números assim o aparentam, este ano pode-se dizer que a execução andou na ordem dos cento e sete por cento, no ano passado andou na ordem dos sessenta e cinco, mas penso que esta aparente melhoria se deve mais a uma melhoria que verificou devido em certa medida às nossas exigências, para uma mais correcta orçamentação, de facto, o orçamento para dois mil e três foi um orçamento mais realista do que o orçamento que se verificou em dois mil e dois, daí que como mais realista os desvios são menos, a execução é aparentemente melhor.

Passando para alguma análise, digamos, também muito sintética das receitas e das despesas, nós referimo-nos mais às receitas que é o fundamental, nós verificamos que continuam os impostos directos a ser o principal, portanto, as receitas, a contribuição autárquica continua a

ser uma fonte de receitas importantes, e, que vai ser ainda superior em dois mil e quatro, na medida em que esta Assembleia aprovou com os votos do PSD e do CDS/PP o novo imposto, IMI, na ordem dos zero vírgula oito por cento, não considerando aquilo que se veio a verificar que foi a reavaliação dos imóveis, não foi ainda propriamente a reavaliação definitiva, é mais uma aplicação de coeficientes da correcção monetária que se verificaram, em dois mil e quatro nós vamos ter ainda estas receitas a pesar mais no conjunto do orçamento. -----

----- Uma das receitas que diminuiu foi a SISA, nós ainda chamámos aqui a atenção para isso, mais, chamámos a atenção para a promessa que a Senhora Ministra das Finanças fez, que no caso das receitas serem inferiores àquelas que foram orçamentadas inicialmente pelas Câmaras havia uma reposição, daí que se nós olharmos para isso, de facto, o valor orçamentado para dois mil e três era um valor realista, era um valor inferior ao orçamentado para dois mil e dois, portanto, não foi atingido, pouco mais do cinquenta por cento, daí que parece-me que haja necessidade que se reclame junto do Governo, que dê as compensações que prometeram inicialmente, parece-nos isso, quer dizer é fundamental. -----

----- Em relação a uma receita que apesar de tudo pode ser encarado com algum optimismo, e, a Câmara encare com optimismo, é que a derrama não diminui tanto quanto se esperaria, isto é não diminuiu, a execução foi melhor do que aquela que se previa inicialmente, ela inclusivamente aumentou em relação a dois mil e dois, penso que a questão que se põe é que também aqui a orçamentação apesar de tudo foi mais realista, a orçamentação de dois mil e dois foi superior à orçamentação para dois mil e três, daí que conjugados estes factos, aparentemente a derrama portou-se de uma forma que nos foi, digamos, muito má.-----

----- Um outro aspecto que nós gostaríamos de chamar a atenção, talvez este seja o aspecto mais significativo são as Grandes Opções do Plano e Orçamento, aqui também só aparentemente a execução é uma execução idêntica há do ano passado, da facto, a execução das grandes opções do Plano rondou os cinquenta e oito por cento, mas é bom que se diga que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

também isto resulta de uma orçamentação mais correcta, dos vários avisos que temos feito ao longo do tempo, quer dizer, exigir uma correcta orçamentação, parece que estão a dar os seus frutos. Na verdade a cotação diminuiu cerca de dez por cento em relação de dois mil para dois mil e três, daí que a sua execução seja uma execução idêntica há de dois mil e dois, portanto, aparentemente com algum optimismo e algum sucesso. -----

-----Mas a questão que se põe em relação às Grandes Opções do Plano, ela entre outras questões são, de facto, questões que nos devem merecer preocupação, devem-nos merecer preocupação, porque há situações em que se nós verificarmos a execução das Grandes Opções do Plano, há coisas preocupantes e que podem pôr em causa no futuro este slogan, que o PSD gosta muito de utilizar em relação a Oeiras. É que nas Grandes Opções do Plano há em Áreas Estratégicas para o concelho, como a Educação e o Ambiente, e, em áreas onde existem fortes carências como os transportes e a habitação, a execução foi inferior há de dois mil e dois, quer nos parecer que isto é extraordinariamente grave, mas mais grave ainda é que há taxas de execução inferiores à média, em áreas onde há muito que fazer, em áreas de que depende a melhoria da qualidade de vida dos Oeirenses, é na Educação Pré-Escolar, é na Acção Social, na Terceira Idade, no Saneamento e Salubridade e na Rede Viária. Todas estas áreas com o grau de execução que foi inferior à média do grau de execução do presente ano. -----

-----Isto põe-nos, de facto, questões, quer dizer, há que olhar o futuro de Oeiras com algumas apreensões, e, por algumas razões. Em primeiro lugar é que vai ser cada vez mais difícil utilizar as receitas correntes para investimentos, na medida em que as despesas correntes vão aumentar, porque vão aparecer mais serviços, há necessidade de gastar mais para manter a qualidade de vida das populações, portanto, isto vai ser cada vez mais difícil fazer investimentos com receitas correntes. -----

-----Por outro lado como nós sabemos e como as perspectivas, portanto, os fundos comunitários vão rarear cada vez mais. A Lei das Finanças Locais continuará a ser manipulada

pelos vários Governos, nunca as cumprem, e, este ainda mais do que todos os outros. -----

----- Por último, não nos devemos esquecer que estão proibidos à Câmara Municipal de Oeiras o acesso a empréstimos, Oeiras que não tem capacidade, pois tem a sua capacidade de empréstimos esgotada, portanto, não pode recorrer aos empréstimos, tudo isto faz com que olhemos, devemos olhar com preocupações o futuro de Oeiras.-----

----- Para terminar, referirem-nos apenas algumas questões dos elementos que vêm nas demonstrações financeiras, olhamos com preocupação o total dos empréstimos, neste momento o total dos empréstimos da Câmara são quarenta e sete milhões de euros, já temos encargos assumidos e ligando isto às dificuldades de acesso, digamos, aos empréstimos, já temos encargos assumidos e não pagos até ao final do ano da ordem dos cinco milhões e seiscentos mil, estes encargos assumidos em Março aumentaram de uma forma extraordinariamente grande, aumentaram para treze milhões, para mais de treze milhões, portanto, tudo isto nos faz pensar e ver se não temos que mudar de rumo. -----

----- Por outro lado temos aqui algumas questões que também nos criam algumas preocupações, são as participações financeiras da Câmara. A Câmara já tem quase dez milhões de euros em participações financeiras, algumas delas discutíveis, por exemplo: a participação financeira da EIA, portanto, a Câmara Municipal entrar no Ensino Universitário, e, agora cada vez mais a sua participação aumenta mais, é uma opção que terá que ser discutida.-----

----- Por outro lado também a participação financeira, temos no SATU cinquenta e um por cento, e, tendo em conta as perspectivas desta empresa, basta ver a necessidade do aumento de capital que se terá que fazer, aumento de capital que aliás tem algumas particularidades, ele será feito em partes iguais para manter a mesma proporção de capital entre a Câmara e a Teixeira Duarte, mas parece-me que as dificuldades que a Câmara tem, a Teixeira Duarte também tem, na medida em que seria lógico e seria normal talvez que a Câmara realizasse o capital parceladamente, o que seria lógico, dada a situação até da Câmara, mas a Empresa precisa de fazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

investimento, já não será lógico que a Teixeira Duarte também realize o capital também parcelarmente, portanto, a Teixeira Duarte deveria realizar o capital todo e deveria adiantar para os investimentos, depois a Câmara dentro das suas possibilidades deveria, digamos, fazer a sua realização parcelar. -----

-----Outra questão que também tem interesse, e, enquadra-se naquilo que eu disse inicialmente, seria útil que esta Câmara analisasse, isto não no aspecto tecnocrático, isto para tirar as devidas ilações políticas, é que os resultados financeiros são negativos novecentos e trinta e cinco mil euros, e, os resultados extraordinários são negativos de dois milhões e seis mil euros, portanto, tudo isto leva-nos a terminar dizendo que este Relatório, aliás, reflecte o Plano e Orçamento que foi aprovado pela maioria em devido tempo, e, que não é no nosso ponto de vista tão optimista como nos querem fazer crer. -----

-----Vamos terminar dizendo e pedindo que os vários Grupos Parlamentares se debrucem efectivamente, sobre a necessidade da criação de uma Comissão que analise este Relatório e os elementos todos que eles têm, por forma a nós tirarmos destas demonstrações os devidos ensinamentos políticos, isto de maneira nenhuma, não significa que o papel do Tribunal de Contas, seja um papel extraordinariamente importante e que esta Assembleia também deve considerar, e, deve dizer ao Governo que dote o Tribunal de Contas dos meios necessários para com celeridade faça o trabalho que tem, porque cada vez mais o Tribunal de Contas vai ter dificuldades, não nos podemos esquecer que proliferam neste momento uma quantidade de Empresas Municipais, essas Empresas Municipais têm também que ter a análise do Tribunal de Contas, neste momento o Tribunal de Contas não tem possibilidade de fazer as análises que a transparência democrática merece. -----

-----Muito obrigado.”-----

-----**Sr. Elísio Veiga (J.F. Algés)** -----

-----O Senhor Deputado Elísio Veiga fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente só gostava de fazer aqui duas ou três observações.-----

----- Em primeiro lugar, o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda Carlos Gaivoto já é a quarta vez que pede para alterar a Ordem de Trabalhos, mas isso já não tem importância, também tenho um filho assim chato lá em casa, mas sou eu que trato dele.-----

----- Depois a segunda observação que queria fazer, o que é de mais às vezes aborrece, já não é a primeira vez que o Senhor Deputado Carlos Gaivoto para além de pedir a demissão de toda a gente, do Executivo, do Senhor Presidente, qualquer dia vai pedir a demissão dele, vai-se esquecer e pede a sua própria demissão, naturalmente que vou votar contra, tenho muito gosto que ele esteja aqui. Faz-me confusão o Senhor Deputado Carlos Gaivoto desconfia de toda a gente, desconfia da Câmara, fala aqui em auditorias, tráfico de influências, etc., desconfia de quem está à frente dele, de quem está atrás, de quem está à esquerda, só não desconfia de quem está à direita, porque à direita dele tem a parede. Por acaso tenho um amigo meu assim também sabe que é muito desconfiado, um dia destes olhou para o espelho e dizia assim: “Tenho a impressão que este também me estava a enganar”, estava a olhar para ele próprio, tenho a impressão que o Senhor Carlos Gaivoto vai pelo mesmo caminho. -----

----- Agora em relação às observações que tenho aqui visto, é evidente que há muita coisa que foi prometida e que não pode ser cumprida em relação a esta Câmara Municipal e muitas outras, porque quando foi da última campanha eleitoral as pessoas já se esqueceram que o País navegava num “mar de rosas”, portanto, havia dinheiro para tudo e mais alguma coisa, havia dinheiro para Centros de Saúde, havia dinheiro para tudo, e, afinal de contas isso não era verdade, portanto, as Câmaras foram confrontadas mais tarde quando o PSD tomou conta do País, que a realidade financeira do País era completamente diferente, é natural que as pessoas não possam cumprir quando as verbas foram diminuídas face à situação financeira do País. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----**Sr. Marcos Sá Rodrigues – Pedido de Esclarecimento** -----

-----O Senhor Deputado Marcos Sá Rodrigues fez o seguinte pedido de esclarecimento.--

-----“Gostaria de saber se, de facto, o Senhor Deputado leu o programa eleitoral do Partido Social Democrata, de certeza absoluta que não leu. -----

-----Era este o Pedido de Esclarecimento, se de facto, tinha lido, porque os Portugueses leram, e, já devem estar todos arrependidos.”-----

-----**Sr. Elísio Veiga (J.F. Algés)** -----

-----O Senhor Deputado Elísio Veiga respondeu o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente não li foi do Partido Socialista, do PSD li. -----

-----Muito obrigado.”-----

-----**Sr. Reis Marques (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Reis Marques fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito boa tarde Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, meus Senhores e minhas Senhoras.-----

-----De facto, as contas da Câmara de Oeiras apresentadas pela Senhora Presidente e pela Vereação a esta Assembleia são um espelho daquilo que é a interpretação e a aplicação do POCAL, de facto, para muitas Câmaras foi necessário o POCAL, estão bem feitas, não esperava outra coisa, não sendo a Senhora Presidente uma pessoa da área da gestão, não cabia fazer outra ou pugnar para que as contas fossem assim, mas há aqui algumas coisas que gostava de perguntar. -----

-----Andei à procura das contas e até agarrei numa lupa, porque infelizmente os números são muito pequenos e não consegui encontrar, gostaria que a Senhora Presidente me pudesse informar a mim e a esta Assembleia, se por acaso esta Câmara e este Município não foi ressarcido de mais valias por intervenções da área do Poder Central, em obras do Poder Central e do Poder Local? Vou ser muito mais objectivo, isto é uma Lei, de facto, muito antiga, uma Lei

do princípio da democracia que os municíipes têm direito a ser resarcidos pelas mais valias produzidas pelos proprietários, quando fazem intervenção numa área, e, os seus terrenos e as suas benfeitorias passam a valer mais, pagam mais valias para os Municípios, é preciso é que depois se vá buscar às Finanças, até as Juntas de Freguesia têm direito a uma parte destas mais valias, não é só para a Câmara Municipal. Nós tivemos duas obras que produziram mais valias nos terrenos envolventes nas áreas intervencionadas, que foi a Tagus Parque e a Fábrica da Pólvora, que valorizou os terrenos e aquela zona, não consegui aqui encontrar, de certeza que foram movimentadas, foram vendidas pelos proprietários de então terrenos que eram detentores, que tinham mais valias, não vi aqui, não consegui encontrar ou então este ano ninguém vendeu e não se conseguiu receber mais valias, é a mesma coisa que vai acontecer se nós todos pertermos aquela batalha que está hoje a ser levada a cabo ali em Caxias, com uma área de intervenção de uma obra do Poder Central que vai produzir mais valias naquela zona e depois temos também que ser resarcidos disso, essa é uma questão. -----

----- Uma outra situação. De facto, a Câmara Municipal de Oeiras tinha já uma capacidade de endividamento pequena, mas como as regras do jogo foram alteradas a meio do percurso, foi um jogo desigual, gostaria que a Senhora Presidente da Câmara pudesse esclarecer esta Assembleia se ainda temos capacidade de endividamento ou se estamos privados dessa capacidade. -----

----- Uma outra situação que gostaria e aí a Senhora Presidente está à vontade, porque é da área de gestão, é se as contas do Município são ou não são umas contas consolidadas, porque não são a conta de uma parte, mas é um conjunto de contas do Município, e, são contas consolidadas e não umas contas de uma só parte, isto tem a ver depois no seguimento, porque as contas das Empresas Municipais todas elas fazem parte de uma única conta, que é a conta do Município de Oeiras. -----

----- Tenho dito.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Sr. Caldeira Martins (PSD) -----

-----O Senhor Deputado Caldeira Martins fez a seguinte intervenção:

-----“Obrigado Senhor Presidente. Boa tarde Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. -----

-----Vou ser mais optimista do que os oradores que me antecederam, mas vou procurar justificar esse optimismo. Em primeiro lugar não queria deixar de felicitar o Executivo Camarário por este bem elaborado Relatório e Contas de Gerência, o qual demonstra a preocupação do Executivo em esclarecer esta Assembleia sobre como foi exercida a gestão camarária no decurso do exercício de dois mil e três, aliás na continuidade que vem habituando esta Assembleia há uns anos a esta parte. É evidente que isso só é possível através de uma boa organização de trabalho, e, também do esforço desenvolvido pela sua Presidente e respectivos colaboradores.-----

-----Da análise dos dois documentos referir-me-ei primeiro à Conta de Gerência, depois a seguir vou-me referir ao Relatório e Contas. Quanto a esta direi uma palavra “Parabéns”, digo isto por duas razões: -----

-----Primeira – Pelo pormenor com que as contas são apresentadas transmitindo a imagem fiel da situação financeira da Câmara. Um segundo factor é o Executivo Camarário ter que cumprido as regras da boa gestão autárquica, as quais se encontram consubstanciadas em três premissas, a primeira a que cumpriu a regra do equilíbrio financeiro nos termos do artigo nono do Decreto-Lei trezentos e quarenta e um/oitenta e três, uma vez que a despesa corrente realizada regista valores inferiores aos registados na receita corrente arrecadada em cerca de trinta e seis por cento. -----

-----Segunda premissa apresentou taxas de execução bastante aceitáveis face á conjuntura existente. -----

-----Terceira premissa encerrou o ano com uma dívida passiva ligeiramente superior ao

ano anterior, cerca de oito por cento, mas muito inferior relativamente a dois mil e um em cerca de dezoito por cento, -----

----- Portanto, estas três premissas estão bem, de facto, as boas regras da gestão autárquica. -----

----- Quanto ao Relatório, da sua análise constato o seguinte: no exercício de dois mil e três apesar dos constrangimentos financeiros a que a Autarquia foi obrigada, mesmo assim registaram-se taxas de execução bastante boas face à conjuntura existente, se não vejamos: em termos de receitas foi arrecadado cerca de cento e sete milhões de euros que corresponde a uma taxa de execução de sessenta e oito por cento, repartida da seguinte maneira:-----

----- Receita corrente – oitenta e nove por cento. -----

----- Receita de Capital – vinte e nove por cento. -----

----- Ambas têm explicação. No tocante à Receita Corrente há que evidenciar a elevada taxa de execução consubstanciada em impostos indirectos, cento e vinte e nove por cento, e, impostos directos, oitenta e seis por cento, o que convenhamos que face à retracção do Mundo empresarial e da conjuntura existente são percentagens bastante significativas.-----

----- Quanto à Receita de Capital, a fraca taxa de execução deve-se à política adoptada pela Câmara que tendo em conta a conjuntura do momento, que em nada era favorável, optou por não alienar património em dois mil e três, na minha opinião bem, diria muito bem, segundo o princípio económico que só se deve vender em períodos de conjuntura favorável, assim o Executivo Camarário aproveitando o momento em vez de vender, comprou, como mais adiante referirem, por sinal indo ao encontro da sugestão da Bancada do PS aquando da discussão deste documento o ano passado, o povo não é de memória curta, é claro que não podemos seguir as sugestões todas da Bancada do PS, se não qualquer dia tínhamos um concelho de “tanga”. -----

----- Em termos de despesa efectuada, foi pago cento e sete milhões de euros, que corresponde a uma taxa de execução de sessenta e sete por cento, repartida do seguinte modo: ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Despesa Corrente – setenta e oito por cento... (**Mudança de Cassete**) -----

-----Neste Capítulo há que salientar a rubrica “Aquisição de Bens de Capital” com um valor de trinta e cinco milhões de euros, em face da política adoptada e acima referida o Executivo Camarário de vendedor tornou-se comprador, sendo o valor aplicado em Bens de Capital demonstrativo dessa situação, com realce para a aquisição do Palácio dos Marqueses de Pombal, da análise dos valores acima apresentados quer da receita, quer da despesa, constata-se que as receitas correntes cobram as despesas correntes, mais uma parte das despesas de capital, o que vem confirmar o que acima disse, a prova de uma boa gestão levada a cabo pelo Executivo, isto é da economia, isto é um princípio económico que tem que ser e deve ser evidenciado. -----

-----Em termos de investimento e apesar dos constrangimentos financeiros supra referidos, verifica-se que houve um grande esforço por parte dos responsáveis autárquicos para proporcionar uma cada vez melhor qualidade de vida e bem estar aos seus munícipes, se não vejamos: um investimento previsto de cem milhões de euros, foi realizado um investimento de sessenta milhões de euros, a que corresponde uma taxa global de execução da ordem dos sessenta por cento, taxa esta superior à do ano passado, com realce para as seguintes áreas, vou dizer exactamente ao contrário do que foi dito aqui pelos oradores antecedentes.-----

-----Na área da Saúde a taxa de execução foi de oitenta e dois por cento; Saneamento e Salubridade a taxa de execução é de setenta e cinco por cento; Protecção Social é de oitenta e nove por cento; Acção Cultural a taxa de execução é de setenta por cento; ...Abastecimento Público ao contrário do que aqui foi dito, a taxa de execução é de setenta e nove por cento; Administração Municipal ao contrário do que aqui foi dito, a taxa de execução é de setenta e dois por cento. - -----

-----Senhor Presidente estas percentagens estão acima dos setenta por cento, representando todas estas áreas sessenta por cento do investimento total realizado, esta é a verdade ou seja trinta e seis milhões de euros, o que traduz bem o esforço desenvolvido pelo

Executivo Camarário no cumprimento dos objectivos previamente definidos, concretizando o que foi dito recordarei alguns desses investimentos, é claro que não vou aqui dizer todos para não enfatizar os Senhores Deputados, diria alguns: Parque dos Poetas; Monocarril; Passeio Marítimo; Requalificação dos Centros Históricos de Oeiras e Paço de Arcos; Aquisição do Palácio dos Marqueses de Pombal; Criação de espaços verdes, como sendo a recuperação dos Jardins Palácio dos Arcos, enfim, etc. -----

----- Todo este trabalho para o engrandecimento do nosso concelho e bem-estar dos seus munícipes, o que é claro que desagrada evidentemente à oposição. Não é por acaso que o nosso concelho é considerado um concelho modelo, repito, um concelho modelo a nível nacional.-----

----- Concluindo direi: Oeiras é hoje por mérito do seu Executivo e do dinamismo da sua Presidente, um concelho competitivo, dinâmico, atractivo, deixando de ser um dormitório da capital, daí a frase e com isto concluo: “Oeiras Marca o Ritmo”. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** referiu o seguinte. -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado João Viegas..., só um instante, pediu a palavra? Dou-lhe a palavra para Defesa da Honra, parece-me que por causa da expressão usada pelo Senhor Deputado Caldeira Martins que tem a ver com a “tanga”, não é verdade?-----

----- Para defender a honra da “tanga” tem dois minutos Senhor Deputado.” -----

----- **Sr. João Viegas (PS) – Defesa da Honra** -----

----- O Senhor Deputado João Viegas referiu o seguinte em Defesa da Honra: -----

----- “É verdade “a tanga da tanga”. Não Senhor Presidente sabe, nós às vezes aqui na Bancada até por brincadeira quando queremos nos defender, aqui a Bancada do PS diz: “damos a palavra ao Deputado Caldeira Martins”, porque, de facto, ou ele não leu o mesmo Relatório, ou confunde o não executado com o executado, porque já dizia a minha avó, usando agora aqui a figura de estilo do Presidente Elísio da Veiga que gosta muito de invocar os avós: “Presunção e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

água benta, cada um toma a que quer”, não é? Não nos surpreendeu isso, agora o Senhor Deputado que fique com os seus elogios, com a sua ideologia, aliás pergunto: você referiu tanto a data de dois mil e um, esta Câmara antes de dois mil e um não teve gestão? Ou teve uma má gestão! Da sua intervenção parece que só a partir de dois mil e um é que isto começou a avançar, a verdade é que o Partido Socialista tem avançado com propostas positivas, algumas das quais os Senhores com mérito tem pegado e tem feito, e, se um dia, os Senhores não vão ficar eternamente no poder como calculará, ainda estamos numa democracia, o Partido Socialista tiver o poder neste concelho fique descansado que você ainda poderá produzir maiores elogios, porque devo-lhe dizer uma coisa, já estive em Empresas onde gestores por percentagens de execução, que o Senhor diz que são tão boas, foram despedidos, portanto, daqui das duas uma, ou é despedido quem colocou a meta, que era muito alta, ou é despedido quem a executou, porque ficou muito aquém Senhor Deputado da expectativa.

Mas dou-lhe razão numa coisa, e, aí os argumentos vão contra si, a conjuntura é má e sabe a quem é que se deve? Deve-se seu colega de partido o Primeiro-Ministro Durão Barroso.

Muito obrigado.”

Sr. Caldeira Martins (PSD) – Defesa da Honra

O Senhor Deputado Caldeira Martins referiu o seguinte em Defesa da Honra:

“Senhor Presidente muito obrigado. O Senhor Deputado João Viegas já na Sessão passada queria-me dar “coroa de flores”, bom ele já me quer ver enterrado, mas de qualquer maneira agora diz que qualquer dia sou despedido, enfim, os actos ficam para quem os pratica, ele queria mas não vai conseguir com certeza, para já a saúde não depende de si, portanto, da “coroa de flores” até agora, enfim, estamos entendidos.

Mas ainda lhe quero dizer uma coisa: é uma honra para mim como Deputado desta Assembleia, o Senhor dizer que quando quer qualquer coisa dirige-se ao Caldeira Martins, isso para mim é uma honra, muito obrigado.

----- Segundo: também disse, o Senhor aí tem toda a razão, nós seguimos a sugestão e algumas que são válidas, que não são muitas, seguimos a sugestão que a Bancada do PS nos tem dado, disse isto na minha intervenção, portanto, isso não vai contra aquilo que eu disse, o que eu disse foi: não podemos seguir todas as sugestões da vossa Bancada. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado também. Senhor Deputado Elísio Veiga não lhe posso dar a palavra, peço imensa desculpa, o Senhor foi citado mas não foi ofendido, se tivesse sido dava-lhe a palavra, a gente até gosta de o ouvir, mas não leve a mal não posso abrir excepções. -----

----- Senhor Deputado Paulo Miranda tenha a bondade.” -----

----- **Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente muito obrigado. Senhora Presidente do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Naturalmente que o trabalho do meu colega Caldeira Martins apresentou aqui nesta Assembleia, o CDS/PP naturalmente que subscreve inteiramente, não quero deixar de fazer uma referência, aproveitar o tempo que ainda resta para fazer uma referência que não a posso deixar de fazer. -----

----- Senhor Presidente desta Mesa torna-se urgentemente necessário que algo seja feito para que episódios como aconteceram na última Sessão não voltem a ocorrer, em que nada significam a função por mim considerada como nobre que é ser autarca, e, que não permitiram a discussão dos pontos da Ordem de Trabalhos incluídos. -----

----- Na minha vida privada Senhor Presidente, junto dos meus filhos, cultivo um princípio que se prende com valores, valores esses de que não abdico, cultivo e demonstro com a minha maneira de estar na política o respeito e a amizade que nutro pelos meus adversários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

políticos, que se reflecte com fases sinceras e espontâneas aos meus filhos. Quando cruzo com adversários políticos, é natural os meus filhos dizerem: “olha vai ali a mais querida, e, o mais jovem casal de Algés”, isto no seguimento daquilo que incuti no meu espírito, naturalmente que estou a falar de um adversário político, não preciso de dizer que é da nossa Vereadora Maria Augusto. -----

----- Aqui há dias estava a conversar com uma pessoa, e, quando cheguei a casa a minha filha diz: “estavas a falar com o teu colega do PC”, naturalmente que a minha filha estava a falar do meu grande amigo Joaquim Cotas, a quem eu respeito e que toda esta Assembleia respeita. ---

----- Não há dúvidas nenhuma que frases que saíam da boca espontaneamente no último domingo passado, quando eu apresentei a minha filha ao marido da Senhora Presidente do Executivo desta Câmara, a minha filha virou-se para ele e sem qualquer instrução prévia perguntou: “O senhor é que é marido da Senhora simpática da Câmara?”, bom, é isto a minha postura privada, e, é esta postura que norteia o meu relacionamento com aqueles que por vezes discordam, com quem mantenho algumas acesas divergências de opinião, mas uma coisa é certa meus Senhores, nunca ouvirão da minha boca insultos ou quaisquer frases que firam a onerabilidade e a dignidade de cada um que defende os seus ideais, mesmo que eles sejam diferentes dos meus, mesmo com aqueles autarcas que mantenho um contencioso em Tribunal, não misturo política com sentimentos pessoais, como represália dos agora arguidos, sei que a minha mulher foi prejudicada em seis anos na sua carreira profissional, mas fico enormemente satisfeito e feliz quando vejo os meus filhos a brincar no parque junto à minha casa com o enteado de um deles. -----

----- Mesmo em relação àqueles que de um modo repugnante me sanearam do cargo que exercia na Santa Casa da Misericórdia, a minha mulher com a sua formação superior sabe separar o “trigo do joio”, e, sabe respeitar a hierarquia, sabe respeitar que eles são os responsáveis da Santa Casa, com isto digo que as acções ficam com quem as pratica. -----

----- Passando a outro assunto Senhor Presidente, quero fazer um registo pela satisfação, porque não gozo, direi no bom sentido, por ter verificado que a nossa Presidente do Executivo certamente com a colaboração e o trabalho de todo o Executivo, foi galardoada com um prémio “Personalidade Marketing” de Cidades e Regiões, prémio esse destinado a individualidades que se distinguem, que neste caso colectivo, no exercício das suas funções, para nós Oeirenses é gratificante que entidades prestigiadas pela Associação Portuguesa dos Profissionais de Marketing vejam a obra que este Executivo está a realizar em Oeiras, porque sei que só uma equipa coesa pode permitir que o seu Líder, neste caso a sua Presidente seja merecedora deste prémio.-----

----- Não foram reconhecimento desta Associação, também foi com enorme orgulho por pertencer a esta Assembleia que fiscaliza a actividade da Câmara, que li o caderno especial que acompanha um Jornal semanal, se dúvidas existem no espírito dos profetas da desgraça, a leitura desse caderno especial dedicado a Oeiras, é devidamente esclarecedor do respeito e da admiração pela radical transformação que Oeiras teve nos últimos anos, sejamos independentes e não deixemos de fazer uma referência positiva e de agradecimento aos Executivos, no seu todo, pelo desenvolvimento que está à vista de quem tem a disponibilidade e a capacidade de ver. -----

----- Já que estamos numa de registrar e enaltecer o serviço da Câmara, não posso deixar de referir a rapidez e competência, com que os SMAS resolveu um problema gravíssimo que aconteceu em Algés, com um entupimento que provocou uma inundação nas arrecadações de prédios em Algés, só não demoraram cerca de cinco minutos, como ultrapassaram as suas próprias competências ajudando na limpeza e escoamento dos estreitos corredores das arrecadações, já que se tratava de um dia feriado e não havia ninguém, nem a porteira para limpar a altura de cerca de quatro ou cinco centímetros de dejectos que provocariam certamente prejuízos irreparáveis nos pertences de cada condómino, a isto chama-se sentido de responsabilidade e profissionalismo, certamente implementado pelos responsáveis dos serviços,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que não se pode deixar em claro. -----

----- Já tive oportunidade de alertar o Senhor Vereador José Eduardo Costa, sobre o estado de degradação em que se encontra a vedação do parque situado entre as Torres dois/três/quatro de Miraflores, todos os dias se vêm mais abertos os buracos que a vedação apresenta, bem como a porta que já se encontra arrancada e deitada no chão, é altura de se tomar uma decisão sobre este problema. -----

----- Pelas funções que desgraçadamente desempenham durante um ano como Administrador de Condómino, sou assediado todos os dias por problemas dos mais naturais, um deles em que peço também a atenção da Câmara, e que junto aos prédios das referidas Torres de Miraflores, o passeio está a deslocar-se dos prédios, portanto, o empedrado está todo a sair causando problemas às pessoas, aos jovens e aos mais velhos que já se têm magoado com aquelas pedras que estão fora do sítio...” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** interrompeu referindo o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Carlos Gaivoto, o Senhor vai-se habituar a ouvir, se o Senhor não gosta fará o favor de sair, o seu colega está no uso da palavra, cale-se por favor. Senhor Deputado o seu colega está a intervir, o Senhor se não quiser no final pede esclarecimentos. -----

----- A democracia é uma pessoa ouvir as intervenções de toda a gente, goste ou não goste, silêncio por favor, e, se quiser, se não gostar sai por favor. -----

----- Tenha a bondade de continuar e abreviar.” -----

----- **O Senhor Deputado Paulo Miranda (CDS/PP)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Por último Senhor Presidente, agradecendo antecipadamente a atenção que teve em conceder-me este tempo, para poder transmitir aquilo que nos vai na “alma” como Membros desta Assembleia, solicito que de futuro haja mais respeito pela discussão de assuntos que nesta Assembleia, sem interesse de maior, e, se cumpram os tempos atribuídos aos Partidos, para que

as Sessões desta Assembleia não sejam transformadas em espécie de circo, em que nós Deputados como se fossemos Membros desse circo, que aqui se façam campanhas eleitorais sem necessidade de protagonismo, como daqueles que já se viu só disso estão ávidos, são bons condutores de massa, em que só falta o aluguer do autocarro para os transportar, sempre bem referenciadas, são acompanhados por alguma Comunicação Social sôfrega de escândalos, que só dele é que sobrevivem. -----

----- Termino Senhor Presidente, muito obrigado pela sua atenção.” -----

----- **Sr. João Viegas (PS) – Pedido de Esclarecimento** -----

----- O Senhor Deputado João Viegas fez o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “É só um Pedido de Esclarecimento. Queria até mandar aqui um abraço ao Paulo Miranda com quem gosto sempre de conversar, mas, de facto, o Senhor Deputado começou por, ou percebi mal, por isso quero um esclarecimento, por se queixar que na anterior Sessão não se discutiu nenhum ponto da Ordem de Trabalhos, pergunto ao Senhor Deputado: De todo o conteúdo da sua intervenção, confesso que pode ser, enfim, também por inépcia minha ou por incapacidade minha, não consegui perceber o contexto das coisas, nomeadamente, as suas referências familiares, o que é que isso tem a ver com esta Ordem de Trabalhos? Com este ponto específico, o ponto número um! -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** indagou o seguinte: -----

----- “Obrigado também Senhor Deputado. Quer responder à pergunta Senhor Deputado?” -----

----- **O Senhor Deputado Paulo Miranda (CDS/PP)** respondeu o seguinte: -----

----- “Se me permite Senhor Presidente, só para terminar, não pretendo fazer aqui nenhuma “gincana política” com o PS, queria esclarecer que com esta situação, era alertar realmente para que as pessoas respeitem este acto de ser autarca, e, que de uma vez por todas se acabe eventualmente até com este exagero de hoje do CDS/PP, que haja respeito em futuros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

casos.”-----

-----**O Senhor Presidente da A.M.** indagou o seguinte:-----

-----“Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Carlos Gaivoto também quer pedir a palavra para algum Pedido de Esclarecimento?”-----

-----**O Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** disse o seguinte:-----

-----“Antes do mais Senhor Presidente um Ponto de Ordem de Trabalhos e uma referência a Ponto de Ordem não pode ser mandada calar, portanto, tem que ser aceite e tem que...”-----

-----**O Senhor Presidente da A.M.** interrompeu referindo o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado se tem algum Pedido de Esclarecimento a fazer, faça por favor.”--

-----**O Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** respondeu o seguinte: -----

-----“Não é um Pedido de Esclarecimento Senhor Presidente, era tão fácil de perceber que estava Fora da Ordem de Trabalhos, isso deve ser o entendimento para a condução de uma boa Assembleia, e, não a “gincana política” que se estava aqui a fazer. -----

-----Quero pedir novamente a palavra para intervir sobre o ponto um da Ordem de Trabalhos.”-----

-----**O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte. -----

-----“Faz favor, é a última intervenção, tenha a bondade.”-----

-----**O Senhor Deputado Carlos Gaivoto (BE)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“O Bloco de Esquerda referiu na sua intervenção inicial aquilo que é o enquadramento do que hoje se vive na maior parte das autarquias em Portugal, ao contrário do que o Deputado Elísio, Presidente da Junta de Freguesia diz, não é por acaso que a Procuradora Geral Adjunta no seu artigo que citei, para além da sua colega de Bancada Sofia Galvão também ter uma citação acerca do que se vive hoje em Portugal, a Procuradora Geral Adjunta conclui desta forma: “Estes factores de corrupção são muito opacos e densos, oferecem resistência

constante à Fiscalização, e, ainda maior à repressão, por essa razão o combate à corrupção, é um combate de todos os dias em evolução permanente que nunca tem fim, os níveis de impunidade atingiram um ponto tal que qualquer pessoa percebe que é mais fácil combater a corrupção do que viver com ela".-----

----- Isto vem a propósito Senhor Presidente, porque é interessante quando se discute um Relatório e Contas de uma Entidade, neste caso autárquica, que também não está sujeita e não está acima da Lei, tem que com certeza ser fiscalizada e é essa a função desta Assembleia Municipal, fiscalizar a actividade do Executivo. Não venho para aqui "bajular", não é disso que se trata, criticar é um direito da democracia, portanto, se os Deputados do PSD vêem isto como um modelo, aquilo que se tem feito no território é o modelo? Aquilo que se tem sabido através dos Jornais, das cumplicidades que havia com empreiteiros é um modelo? Então podem pôr esse modelo no saco, porque rejeito esse modelo.-----

----- Relativamente ao Relatório e Contas, devo-lhes dizer que aquilo em que estou interessado é perceber que há um território que é ocupado, é usado, onde vivem populações, e, que se gasta por exemplo nem sequer um por cento com despesas de saúde, por acaso o Deputado do PSD quando referiu esse exemplo dizia que tinha uma taxa de execução de oitenta e oito por cento, isto não são números que se apresentem, quer dizer, não estamos aqui a falar de percentagens, temos que falar da vida, das populações, da vida do dia-a-dia, provavelmente seria mais importante saber que aquilo que se tem investido por exemplo nos transportes, se tem ou não tem trazido benefícios, os Senhores Deputados acham que tem trazido benefícios? Eu acho que não, sinceramente acho que não. -----

----- Por exemplo os Senhores Deputados dão como modelo a questão do SATU, a questão do SATU houve aqui importantes figuras desta casa que já disseram que não se ia gastar nada, que ia ter custo zero, afinal parece que não é bem assim, agora já temos que acrescentar o Capital Social da Empresa, portanto, aqui é o erário público, são os impostos que nós pagamos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

onde é que a Câmara vai buscar as receitas? À Contribuição Autárquica entre outras coisas, mas quais são os benefícios que, de facto, nós temos tido relativamente a este território? Dizem-nos que temos trazido emprego, que tipo de emprego? Que valor acrescentado bruto é que essas Empresas têm na Economia Regional, por exemplo? Ou na Área Metropolitana? Como é que é feito esse balanço? Onde é que está isso dito? Não, pelo contrário enchem-nos um Relatório e Contas de números, de tabelas, algumas das quais até se esquecem de pôr as unidades, como isso não bastasse, nem sequer fazem aquilo que deveria ser uma referência do próprio Executivo que é uma recomendação a esta Câmara, nem sequer está aqui uma palavra escrita: “olhe faça este balanço, recomendamos que seja aprovado ou não, que as vantagens aqui foram estas, estas, estas, que o que falta fazer é isto e isto,”, mas que raio de Relatório e Contas é este? É um Relatório das despesas por natureza? É um Relatório das despesas por actividade? É um Relatório contabilístico? É isso que está em causa aqui? -----

-----Tenho dito.” -----

-----**Sr. Jorge Pracana (PSD) – Defesa da Honra** -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção em Defesa da Honra: --

-----“O Senhor Deputado Gaivoto já nos habituou, de facto, a uma forma de discurso que na minha opinião é altamente criticável, enquanto Deputado do PSD não posso deixar de verberar violentamente a expressão “bajular” aqui utilizada, o PSD tem toda a liberdade de criticar quando entender dever criticar, como de elogiar quando entender dever elogiar, assim como o Senhor Deputado entende criticar e critica, é um direito que lhe assiste, tem que reconhecer que o PSD também tem o direito de elogiar quando entende dever elogiar, “bajulice” nunca o tivemos, não o teremos, portanto, julgo que expressões destas são perfeitamente dispensáveis e realmente só desmerecem quem as profere.-----

-----De futuro agradeceria realmente que o Bloco de Esquerda nos habituasse a uma forma de discurso em que as coisas podem ser ditas de uma maneira mais distinta. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Elísio Veiga (J.F. Algés) – Pedido de Esclarecimento** -----

----- O Senhor Deputado Elísio Veiga fez o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “É um Pedido de Esclarecimento ao Senhor Deputado Carlos Gaivoto. Não basta dar à língua, as pessoas têm que ter responsabilidade naquilo que dizem e naquilo que fazem, porque, de facto, quem acusa, prova. O Senhor Deputado Carlos Gaivoto acabou de dizer que havia cumplicidades entre a Câmara de Oeiras e alguns empreiteiros, se há essas cumplicidades, o Senhor Deputado Carlos Gaivoto que diga quais foram as pessoas da Câmara que estão envolvidas nessas cumplicidades? E quais são os empreiteiros que estão envolvidos nessas cumplicidades? -----

----- Se ele disse que a Assembleia tem o direito de fiscalizar os actos da Câmara, que comece por aí, isto não é só dar à língua e estar a acusar as pessoas, lançar estas atoadas para o ar Senhor Presidente. Peço imensa desculpa, mas isto é falta de respeito pelas pessoas, ele que diga quem é, como de um lado e do outro, que é para a gente saber, tem todo o direito de o fazer, só que acuse e prove. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **Sr. João Viegas (PS) – Pedido de Esclarecimento** -----

----- O Senhor Deputado João Viegas fez o seguinte pedido de esclarecimento:-----

----- “Senhor Presidente é um Pedido de Esclarecimento ao Senhor Deputado Carlos Gaivoto, a quem dou os “Parabéns”. Porque tendo apenas um lugar aqui na Câmara consegue, e, já não é a primeira Sessão, absorver as atenções todas de Vossas Excelências, nós andamos aqui a discutir coisas, quero dizer apelo aqui também àquilo que o Senhor Presidente já uma vez disse, que é um direito contraditório, cada um fica com a sua opinião, mas o Partido Socialista não vai colaborar neste tipo de discussão, aliás que é completamente inócua para o concelho, para esta casa, para a política que nós temos obrigação de fazer.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----**O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Carlos Gaivoto tem a oportunidade de responder, querendo. Muito obrigado. -----

-----Senhora Presidente da Câmara dou-lhe a palavra para responder aos Pedidos de Esclarecimento que foram três ou quatro, se não me engano.” -----

-----**C.M.O.** -----

-----**A Senhora Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Muito obrigado Senhor Presidente. Boa tarde aos Senhores Deputados. -----

-----Vou ser muito rápida, só aqui acentuar o seguinte, porque de alguma forma já foi dito, mas é só para ficar bem claro, e, para dar aqui elementos adicionais. Não sei se já repararam que esta é a Câmara Municipal do País, cujo financiamento em termos de despesas de capital através de poupança corrente é, de facto, uma percentagem muito elevada, aqui independentemente de nós falarmos em percentagem ou valores absolutos, o que é um facto é que os números falam por si, passámos de um financiamento de despesas de capital através de poupança corrente no ano de dois mil, de qualquer coisa que se cifrava em quarenta por cento, para em dois mil e um sessenta e oito por cento e mantermos isto em dois mil e três, o que quer dizer que houve um rigor muito grande, e, uma contenção muito grande em termos de despesas correntes, precisamente para que a poupança corrente fosse bem encaminhada para investimento, por outro lado houve aqui uma opção deliberada, como já aqui foi referido também de não alienação do património neste período, que considerei como um período não conveniente para a alienação do património, portanto, relativamente às questões que foram aqui faladas, relativamente às receitas não vale a pena tecer mais considerações.-----

-----Passando em concreto às questões que foram colocadas. No que diz respeito à capacidade de endividamento, nós neste momento como todos sabem não temos hipótese de recorrer ao crédito, face à legislação que existia, nós tínhamos uma capacidade de endividamento

de trinta por cento, com a nova legislação o ano passado registámos um valor negativo de vinte e seis por cento, e, com a amortização do empréstimo obrigacionista passámos para dezassete por cento este ano, negativo, portanto, estávamos dentro da legislação em vigor no momento, por isso é que estas situações são estas que vos transmiti.

Relativamente à questão colocada quanto às mais valias, dizer-vos o seguinte e recordar-vos isto, há uma Comissão constituída por três pessoas, um elemento da Direcção Geral de Finanças a nível central, um avaliador que no fundo que é designado pela Repartição de Finanças e um elemento da Câmara Municipal, que ao fazer as avaliações já conta com as envolventes, portanto, com as mais valias e menos valias, eventualmente geradas em todas essas situações que há pouco foram aqui referidas.

Um outro aspecto que tem a ver com algumas percentagens, não vale a pena estarmos aqui também, e, há alguma importância em termos de execução de algumas das grandes áreas que foram mencionadas, mas é bom não esquecer que quando se fala em saneamento nunca se pode deixar de cruzar isto com os elementos dos Serviços Municipalizados, como sabem estão áreas de saneamento, estão os investimentos mais fortes em saneamento, estão lá.

Quanto à situação do SATU, custo zero, é óbvio que ninguém devia ter ouvido falar nisso, porque o que se disse foi que é uma coisa diferente, mas o Senhor Deputado Carlos Gaivoto também, já percebi, portanto, não vale a pena entrar por aí, porque não estou aqui para dar explicações, nem sou técnica aqui, muito menos economista aqui, também não dou explicações sobre essas matérias, porque os Senhores Deputados têm os dados, depois irão analisar e também fazer algum trabalhinho de casa que também não faz mal nenhum, portanto, dizer só o seguinte, é evidente que quando me pergunta: “Que raio de Relatório?”, também como o Senhor faz imensa confusão entre um Plano de Actividades, muita vezes chama o Plano Relatório ou o Relatório Plano, à Conta isto ou Conta aquilo, portanto, não vale a pena estarmos a falar de coisas seguramente diferentes, desconhece certamente também a obrigatoriedade que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

as autarquias têm de cumprir o modelo de prestação de Contas e de Relatório, não vale a pena estarmos a perder tempo com isso, no dia em que estiver esclarecido terei muito gosto em discutir esse assunto consigo, e, dizer-lhe como é que se faz um Relatório desta natureza, haverá outros que são feitos doutra maneira, obviamente.

----- Depois dizer o seguinte: relativamente ao SATU não houve aqui ninguém que tivesse falado em custo zero, por isso foi com o investimento inicial, não era suportado pela Câmara., era suportado pela Teixeira Duarte, e, que seria resarcido, no fundo, digamos, que o retorno desse investimento para a Empresa parceira na Empresa SATU, que era feito através da geração de receitas da exploração do meio de transporte, que é uma coisa diferente, portanto, o custo zero do investimento, mas isso também são conceitos, não vale a pena eu aqui estar, porque não é esse o objectivo, nem a minha missão aqui neste momento.

----- Relativamente à outra questão que foi colocada e que tem a ver com a consolidação, a consolidação não há aqui contas consolidadas, há as contas da Câmara Municipal, há as contas das Empresas Municipais que são prestadas em separado através de documentos próprios, depois obviamente que as podemos consolidar como é óbvio, mas não há obrigatoriedade de consolidação a nível de, em termos de município, há é relativamente às diversas unidades empresariais, deixem-me dizer, com obrigatoriedade de prestação de Contas e de Relatório, há é depois consolidação de outro tipo de instrumentos que não as Contas, propriamente ditas, e, os Relatórios.

----- Quanto à questão que foi colocada relativamente à Senhora Virgínia Estorninho, tenho a dizer que ela tem um contrato de avença desde Março de dois mil, e, que no Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia desenvolve tarefas não técnicas, tarefas administrativas de arquivo e processamento de textos, ganha mensalmente setecentos e trinta euros em termos redondos e mais uns céntimos.

----- Relativamente à questão que o Senhor Deputado Paulo Miranda colocou quanto

àquela zona do Parque América, creio que ao fim ao cabo era essa a zona que se estava a referir, dizer-lhe que isso é uma zona para a qual já foi lançado o concurso, portanto, será objecto de intervenção no âmbito da requalificação do PROQUAL.

Muito obrigado Senhor Presidente.”

O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte:

“Muito obrigado também Senhora Presidente. Vamos então Senhores Deputados passar à votação deste ponto.”

4.1.1. VOTAÇÃO

O Senhor Presidente da A.M. pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor, sendo vinte do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, José Carlos Estorninho, Rui Manuel Freitas, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Luiz Cardoso Menezes, Jorge Silva Pracana, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, José Jorge Pereira, Fernando Santos Ferreira, José Duarte Meira e Jorge Oliveira Batista) e um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda), nove abstenções do PS (Marcos Sá Rodrigues, Pedro Melo e Sá, Joaquim Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Monteiro Silva, Pedro Licínio Pereira, Pedro Lara Everand, João Carlos Viegas e António Lopes Cabral), e cinco votos contra, sendo quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira) e um do BE (Carlos Sousa Gaivoto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo Parte integrante.

Esta Deliberação foi aprovada em minuta.

DELIBERAÇÃO N.º 18 /2004

**PROPOSTA C.M.O. N.º 478/04 – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO
DE CONTAS DE 2003 DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS.**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e setenta e oito barra zero quatro, a que se refere a deliberação número vinte e três da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte de Abril findo e deliberou por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo vinte do Partido Social Democrata e um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e cinco votos contra sendo quatro da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda e nove abstenções do Partido Socialista, aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano dois mil e três da Câmara Municipal de Oeiras, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Dona Maria Madalena Castro.) -----

4.1.1.1. Sr. Tavares da Cruz (CDU) – Declaração de Voto -----

----- O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Votámos contra este Relatório, porque ele vem na continuação do Plano e Orçamento aprovado com os votos contra da CDU, as prioridades que ele reflecte não são as nossas prioridades, como dissemos as áreas estratégicas para o futuro do concelho são maltratadas, tal como os transportes, a educação e o ambiente, existem áreas como as dos transportes, a habitação, a educação pré-escolar, a acção social, a terceira idade, o saneamento e salubridade, a rede viária, que têm uma execução inferior à de dois mil e dois ou inferior à taxa média da execução do período. -----

----- Consideramos que Oeiras merece mais. -----

----- Muito obrigado.”-----

4.1.1.2. Sr. João Viegas (PS) – Declaração de Voto -----

----- O Senhor Deputado João Viegas fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. O Partido Socialista considera que este Relatório

e Contas, estas contas e estes resultados obtidos é um espelho da fraca governação, da falta de estratégia e visão a que Portugal está votado, nomeadamente, o estrangulamento financeiro provocado à Câmara, como aliás as palavras da Presidente não temos capacidade de endividamento, o atraso no pagamento do fundo de equilíbrio financeiro por parte do Estado, uma diminuição drástica de receitas sem compensações, realçamos aqui mais uma questão, o ritmo abrandou, o País e a economia está parada, o ritmo em Oeiras está quase parado, basta-se ver que ao longo deste ano nenhuma grande obra foi lançada, por isso o Partido Socialista se absteve. -----

----- Muito obrigado.” -----

4.2. Apreciação da PROPOSTA C.M.O. N.º 522/04 – Relativa ao Relatório e Contas de 2003 dos SMAS – Ofício N.º 25977 – 04.04.19 -----

----- **APRECIADA -----**

----- **Sr. Presidente -----**

----- O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Está em discussão também este Relatório, isto não tem de resto votação, é só apreciação. Os Senhores Deputados que queiram intervir sobre este ponto farão o favor de se inscreverem já.-----

----- Senhor Deputado Joaquim Cotas tenha a bondade.” -----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU) -----**

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde. A CDU vai procurar analisar este Relatório de uma forma objectiva e séria, é justo que se destaque aqui a clareza e a qualidade do Relatório, que aliás já começa a ser recorrente estas palavras iniciais, pelo que os trabalhadores que participaram na sua elaboração merecem também aqui ser destacados, porque, de facto, analisando este Relatório em pormenor, qualquer técnico de contas competente lhe daria parecer favorável. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Agora passamos à análise do conteúdo do Relatório. A água adquirida pela Câmara e paga atingiu os trinta e três milhões e quatrocentos mil metros cúbicos, o total da água facturado ficou-se pelos vinte e três milhões e seiscentos metros cúbicos, o que significa que cerca de nove milhões e oitocentos metros cúbicos de água não foram facturados, o que corresponde a cerca de vinte e nove por cento de água perdida, é, de facto, muita água perdida, contudo este resultado ainda são menos maus do que os do ano anterior, visto que a recuperação processada durante o ano em referência foi de cerca de três por cento, na verdade em dois mil e dois as perdas de água atingiram trinta e dois por cento de água. Três por cento de recuperação poderá parecer coisa pouca, dito assim, mas não é, de facto, coisa pouca, este três por cento de recuperação de água correspondem a cerca de um milhão e oitenta metros cúbicos de água recuperada, poupada e facturada, ora isto trata-se de um aspecto positivo que importa sublinhar nesta altura, até porque este aspecto vem reforçar a convicção da CDU de que será possível reduzir as perdas de água para valores muito próximos dos vinte e quatro por cento. -----

----- Outro factor que gostaríamos também de destacar e sublinhar é as reservas estratégicas de água no concelho, esta reserva de água no concelho que ao que julgamos saber, solicitamos à Senhora Presidente da Câmara para confirmar ou corrigir, estes números ao que julgamos saber se aproximam dos dois dias de autonomia no abastecimento da água, ora isto significa uma segurança grande para os consumidores na medida que mesmo em situações problemáticas na rede geral, o abastecimento de água é quase garantido para esse período, um período bastante alargado, ora por muito complicado que seja o problema na rede, em dois dias há tempo para o recuperar ou poderá haver. -----

----- Outro aspecto que a CDU importa destacar mas que não considera positivo, é a composição do preço da água, de facto, setenta e um por cento de água facturada produziu uma receita de vinte e dois milhões setecentos e cinquenta mil euros, o que corresponde em cerca de quarenta e seis por cento do total da receita dos SMAS, os restantes cinquenta e quatro por cento

da receita foram obtidos através de: taxas de conservação, taxas de ligação, taxas de utilização, alugueres de contadores, de facto, é muita taxa que podia e devia a factura da água ser mais leve e mais justa, porque cinquenta e quatro por cento das receitas dos SMAS são obtidas por este meio. -----

----- Outro aspecto que também gostaríamos de destacar e que não consideramos positivo, antes pelo contrário, tem a ver com a qualidade da água de consumo humano, que segundo as análises do quarto trimestre de dois mil e três só agora recebidas, chamamos a atenção da Senhora Presidente da Câmara para o atraso que é grande, a água continua a apresentar algumas anomalias, são sobretudo anomalias sérias, são as bactérias, são os pseudomonas, são os estafilococos, são os coliformes, tudo isto aparece nas análises de consumo humano que acima referi. -----

----- Diz o Relatório que as situações negativas foram ultrapassadas, a CDU não põe em causa essa afirmação, antes pelo contrário, o que põe em causa, isso sim, é a persistência das anomalias referidas, torna-se necessário investir mais nesta área, torna-se necessário acabar com isto, podem estar certos que no dia em que nas análises não constem aqueles bicharocos, será com muita satisfação que daqui a CDU felicitará vivamente toda a população do concelho de Oeiras pela boa nova, porque é uma boa nova e muito importante. -----

----- Por outro lado e para terminar, gostaríamos de afirmar que ponderando tudo os pós e os contra, os resultados apresentados a esta Assembleia neste Relatório dos SMAS de Oeiras e da Amadora demonstram claramente que os SMAS prestaram um bom serviço público á população de Oeiras, como a equipa que ganha não se mexe, os SMAS estão bem assim, qualquer alteração no modelo de gestão não seria certamente benéfico, nem positivo para a população de Oeiras. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Reis Marques (PS)** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Deputado Reis Marques fez a seguinte intervenção:-----

-----“Mais uma vez boa tarde. A razão de há bocado de ter feito a pergunta das contas consolidadas do município, é a razão porque nós não votámos estas, apreciámos, quer dizer que estas contas fazem parte, são uma única conta do município, partindo desse pressuposto, porque é essa a verdade, gostaria de perguntar à Senhora Presidente quando vai cumprir a Lei que até agora infelizmente todos nós deixámos passar ou não nos apercebemos, que é do Artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove, número dois, alínea l). Nós tínhamos que aqui apreciar, devia ter vindo aqui à reunião da Assembleia Municipal a fixação dos salários dos membros do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, nunca veio, gostaria de saber a razão que levou a essa situação?-----

-----Tenho dito.” -----

-----**Sr. Elísio Veiga (J.F. Algés)** -----

-----O Senhor Deputado Elísio Veiga fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente em Exercício. Senhora Presidente permita-me que dê um tomzinho de humor a esta conversa senão ficamos aqui todos muito tristes. Tenho muita consideração pelo Senhor Deputado Joaquim Cotas, mas fiquei muito preocupado com os níveis de perda de água no concelho Senhora Presidente, são trinta e tal por cento, fiquei preocupado por um lado, porque isto é quase um terço da água que se perde pelo caminho, por outro lado também propunha à Senhora Presidente... (**Mudança de Cassete**)... a de Oeiras está cheia de bactérias, coliformes fecais e muitos bicharocos, como ele falou. -----

-----Eu fiquei preocupado porque eu não sei se essas análises que o Senhor Deputado Joaquim Cotas tem, foram feitas no cano da água ou se no cano do esgoto. Mas o problema que punha era o seguinte:-----

-----É que se os Senhores Deputados daqui desta Assembleia antes de virem para a Assembleia fossem beber esta água da torneira, a gente passava a dar opiniões com cheirinho,

como havia antigamente aquelas bicas com cheirinho ou então com cheirete, como dizia o poeta, e que era muito pior. Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- **Sr. Marcos Sá (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Marcos Sá fez a seguinte intervenção: -----

----- “É triste ouvir, para já falar de um assunto que para mim me parece extremamente grave, que tem a ver com as perdas de água que são efectivas, são vinte e nove por cento, e, apesar de terem sido reduzidas do ano passado para este ano em três por cento, parece-me que é um assunto demasiadamente sério e estamos a falar de um bem essencial à vida e que falta a muita gente, temos que ter a noção disso. Parece-me desleixante, no mínimo, brincar com esta questão.-----

----- De facto, Vossa Excelência, Senhor Deputado, não teve piada absolutamente nenhuma, absolutamente nenhuma. -----

----- Gostaria de deixar já aqui uma sugestão, já visto que, de facto, a qualidade da água está em cima da mesa, temos todos aqui água do “fastio” deixava já uma sugestão, de facto, que acho que devemos beber água aqui dos próprios SMAS e acho que isso era relativamente simples de funcionar. É assim, são as políticas e já vamos falar sobre isso. -----

----- Relativamente, temos que dar o exemplo, às reservas estratégicas da água do Concelho eu pergunto à Senhora Presidente qual é neste momento, que reservas é que temos no ano dois mil e quatro e a nível da questão das perdas de água, quais são, de facto, as renovações de rede de distribuição que estão previstas e os investimentos para os próximos anos, porque esta, de facto, é a questão central dos SMAS, na minha opinião. -----

----- Relativamente à questão da página da Internet, que já vi a página da Internet em dois ou três Relatórios ou Planos de Actividade, de facto ainda não está pronta. Já passaram dois anos, agora dizem que é para o próximo ano. Hoje em dia há um interface exemplar de proximidade inclusive entre o cidadão e o próprio serviço, e, acho que é importante a página da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Internet possibilitar desde o acesso à clareza relativamente às facturas on-line, etc., etc., ou aos SMS de avisos de roturas, passando por outras coisas, aos pagamentos on-line, seja aquilo que for. Acho que é uma questão a resolver e parece-me que já está há muito tempo para ser resolvida.-----

-----Gostaria de saber qual é o ponto da situação relativamente ao sistema de saneamento da Ribeira de Algés. Gostaria fazer uma referência que me parece positiva, parece que o PSD, de facto, tem aprovado umas coisas do Partido Socialista, inclusive, gostaria de dar à referência e dar os parabéns à Senhora Presidente nos resultados líquidos deste exercício, cerca de dez milhões de euros ou mais um pouco, ainda por cima com uma medida social que o Partido Socialista propôs aqui nesta Assembleia, e que foi cumprida, que foi a criação do escalão económico. Outras iremos propor, esperemos que tenham a mesma sensibilidade, porque Vossas Excelências, de facto, às vezes têm, uns dias têm sensibilidade outros dias não têm sensibilidade, estou-me a lembrar muito recentemente aquela questão dos passes sociais, parecia uma questão importante na altura e Vossas Excelências tiveram o desplante, diria mesmo a provocação, de rejeitar.-----

-----Relativamente ao controlo da qualidade da água e ao Decreto-Lei número duzentos e quarenta e três de dois mil e um e visto que entrou em Dezembro do ano passado e visto, também, que estamos no primeiro trimestre, gostaria de saber se a Senhora Presidente está em condições de fazer um balanço relativamente à questão da análise da água da torneira do consumidor, para nós também percebermos como é que está a correr o programa, visto que é o primeiro trimestre e já devem estar aí os resultados, se não tiver depois nos faria chegar essa questão dos resultados.-----

-----Outra coisa que gostaria de saber e parece-me que começa a ser pertinente e tem a ver com a organização, como é que é, ainda há bocadinho o Deputado Joaquim Cotas estava a referir-se. Sei que foi aprovado em executivo de Câmara da Amadora uma proposta

relativamente a criar uma empresa intermunicipal. Gostaria de saber qual é a posição ou qual é o ponto da situação relativamente à Câmara de Oeiras, se tem alguma posição sobre isto visto que a Amadora também está nestes SMAS. Obrigado.” -----

----- **Sr.ª Presidente em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Joaquim Cotas pareceu-me vê-lo levantar o braço. É para?” -----

----- **O Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU)** respondeu o seguinte: -----

----- “É para um esclarecimento.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** perguntou o seguinte: -----

----- “Para um pedido de esclarecimento?” -----

----- **O Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU)** respondeu o seguinte: -----

----- “Não é para dar um esclarecimento ali ao Senhor Elísio Veiga.” -----

----- Há um Senhor Deputado que intervém mas dado que o faz sem microfone, torna-se inaudível o que foi dito. -----

----- A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

----- “Só lhe pedia uma coisa Senhor Deputado: Fale próximo do microfone porque para além de ser difícil perceber aquilo que diz, depois não fica gravado.” -----

----- **O Senhor Deputado Marcos Sá (PS)** respondeu o seguinte: -----

----- “Não é difícil, eu sei que as pessoas às vezes têm uma certa dificuldade em ter bom senso. Uma coisa é a interpretação outra coisa é uma questão de bom senso. -----

----- Relativamente à, eu não estou a falar de si neste momento nem estou a fazer nenhum ataque, por amor de Deus! Não pense nisso!” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

----- “Espero que não porque aquilo que lhe estava a pedir é para efeitos de serviço, porque depois é complicado.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----**O Senhor Deputado Marcos Sá (PS) respondeu o seguinte:**-----

-----“Não, não, estou a falar, isto tem efeitos retroactivos para outras pessoas que falaram anteriormente.-----

-----Relativamente a uma questão que também me parece importante, que tem a ver com a frota automóvel. Reparei e acho que aqui nós, quer dizer, os Serviços Municipalizados fazem um serviço que é na área do ambiente, têm que ter preocupações ambientais, acho que é a visão de futuro é esta. E de uma breve análise em relação às viaturas que existem neste momento, nenhuma delas está adaptada com gás natural e essas coisas. E, portanto, gostaria de saber, de facto, se também os SMAS vão ter intervenção nesta área, porque acho que devem dar o exemplo, as empresas Municipais, as Câmaras devem dar o exemplo nestas matérias. Obrigado.”

-----**Sr.ª Presidente em Exercício** -----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado Joaquim Cotas faça o favor de fazer o seu esclarecimento.”-----

-----**Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Joaquim Cotas referiu o seguinte:-----

-----“Eu tenho pena que o Senhor Deputado Elísio Veiga não tenha ouvido a minha intervenção toda. Certamente estava distraído, porque nós fizemos uma intervenção pela positiva, analisando o Relatório objectivamente sem inventar nada, está lá tudo. Nós não inventámos nada, está tudo no Relatório, tudo aquilo que nós dissemos.-----

-----Portanto, não dissemos que a água de Oeiras estava cheia de bicharocos, a palavra é dele, portanto, ele acrescentou aquilo que eu disse mais esta expressão.-----

-----O Senhor Deputado também não aceita que tenha dito que no ano transacto as perdas de água atingiram quase um terço. Eu disse trinta e dois por cento no ano transacto, que é exactamente isso que está nos documentos. Portanto, também não inventei nada.-----

-----O que o Senhor Deputado não fez foi o trabalho de casa e devia ter feito, porque se

tivesse feito o trabalhinho de casa escusava de fazer esta figura. -----

----- De qualquer modo eu só queria terminar da seguinte maneira: -----

----- Ainda o Senhor Deputado Elísio não sonhava vir para a Assembleia Municipal, já a CDU andava nesta luta por melhor qualidade de água no Concelho de Oeiras. E como a luta vai continuar e se estas nossas intervenções ferem os tímpanos do Senhor Deputado Elísio, ele bem pode ir ao otorino. Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Elísio Veiga (J.F. Algés)** -----

----- O Senhor Deputado Elísio Veiga disse o seguinte: -----

----- “Eu gosto muito do Senhor Deputado Joaquim Cotas, ele é que parece que fica zangado comigo.-----

----- Mas Senhor Deputado o Senhor Deputado é que disse que perdiam trinta por cento de água pelo caminho e a seguir disse que a água não tinha qualidade, falou em coliformes fecais, bactérias e outras coisas desse género, e, depois no fim disse que queria dar os parabéns aos SMAS pelo trabalho realizado. Na minha opinião “não bate a bota com a perdigota”. Sou se eu posso estar enganado. O Senhor Deputado é que disse uma coisa e concluiu, aquilo que o Senhor Deputado disse, a conclusão era que o trabalho tinha sido mau, mas o Senhor Deputado disse as coisas ao contrário, foi só por isso que me deu essa noção. Obrigado.” -----

----- **Sr. Caldeira Martins (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Caldeira Martins fez a seguinte intervenção:-----

----- “O que eu vou dizer não vai no sentido de bajular seja quem for, embora tenhamos o dever... Senhora Presidente se me der licença, acho que a democracia é respeitar quem está a falar, parece-me que não é o caso aqui dos Senhores Deputados, muito obrigado.-----

----- Então vou-me repetir, o que vou dizer não vai ser no sentido de bajular seja quem for, embora tenhamos o dever de criticar mas também de enaltecer o que está a ser bem feito, mas referir, e por isso é que eu estava a dizer, referir factos, porque é com medidas concretas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não com palavras que se consegue melhorar a qualidade de vida dos nossos Municípios e do nosso Concelho.

----- Posto isto, era um aparte, eu vou referir-me ao Relatório e Contas de dois mil e três dos SMAS, porque eu fiz o trabalho de casa e como fiz o trabalho de casa, se calhar muitos não fazem, vou pronunciar-me sobre isso.

----- Em primeiro lugar não queria deixar de realçar o bem elaborado Relatório e Contas que espelha em si mesmo o excelente trabalho desenvolvido pelo seu Conselho de Administração na gestão dos SMAS. Isto é uma realidade e os factos têm que ser ditos, por muito que custe a determinadas pessoas. Aliás, na continuidade que vem habituando esta Assembleia a há uns anos a esta parte.

----- Quanto ao Relatório de Actividades, este reflecte um salto qualitativo que o Concelho teve nos últimos anos, em termos de investimento. Quer na área de abastecimento e distribuição de água, quer na área do saneamento, quer na área das tecnologias de ponta.

----- Na área do Abastecimento e Distribuição de Água constata-se o esforço desenvolvido pelos seus responsáveis. Por um lado no reforço das reservas estratégicas da água, não só na construção de novos reservatórios, casos de reservatórios da zona média da Amadora, da Brandoa e da Fonte Santa, como também no lançamento de concursos públicos para a construção de outros, caso do reservatório de Barronhos. E, por outro lado, na melhoria da qualidade da água que chega às torneiras das nossas casas, e digo isto porque confirmadas pelas análises laboratoriais periodicamente efectuadas pelos respectivos órgãos próprios, e mais, e na redução das fugas de água que representa três por cento relativamente ao ano anterior e o que representa um enorme volume de água, como salientou e bem o Senhor Deputado Joaquim Cotas. Como sempre atento a estas situações. Isto foi conseguido através da implementação de zonas de medição e controle. É evidente que não estamos no óptimo mas estamos no possível. Acresce que para se atingir esses objectivos têm sido dados passos significativos, nomeadamente

a acreditação do laboratório de análises, aguarda apenas o relatório final do IPT. A implementação de zonas de medição e controle, a realização de auditorias internas ao sistema, a implementação de um cadastro informatizado e permanentemente actualizado. Esta é que é a realidade Senhores Deputados. -----

----- Na área do Saneamento realce-se o excelente trabalho desenvolvido através da remodelação de colectores e da separação dos colectores domésticos dos pluviais, com reflexos muito positivos nas praias e ribeiras do nosso Concelho. Diria esta acção em colaboração com a Sanest. E não só, através também da consolidação do cadastro das redes de saneamento. As análises constantemente efectuadas e certificadas assim o confirmam. Não é por acaso que as praias do Concelho de Oeiras estão certificadas a nível nacional. -----

----- Na área das Tecnologias de Ponta há que realçar o esforço continuado de informatização e digitalização da rede de abastecimento e distribuição de água e paralelamente do combate às fugas nas referidas redes como acima referi. -----

----- No tocante às Contas, da sua análise constata-se uma elevada taxa de execução o que me apraz registar. Senão vejamos: Em relação às Receitas verifica-se uma taxa de execução de oitenta e sete por cento repartida em Receitas Corrente – Taxa de Execução – oitenta e seis por cento; Receitas de Capital – Taxa de Execução – cento e setenta e seis por cento. -----

----- Em relação às Despesas verifica-se uma taxa de execução de oitenta e quatro por cento repartida em: Despesas Correntes – Taxa de Execução – oitenta e quatro por cento; Despesas de Capital – Taxa de Execução – oitenta e dois por cento. -----

----- Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos da análise do mapa de execução anual constata-se que a taxa de execução foi de oitenta e dois por cento, o que corresponde a um valor de investimento da ordem dos dez milhões de euros, ou seja, os valores liquidados, neste exercício, situaram-se muito acima dos verificados no ano transacto, e isto é de salientar, em cinquenta e oito por cento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Eis a demonstração do excelente trabalho realizado e do esforço desenvolvido pelo seu Conselho de Administração para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos Municípios do nosso concelho. Estes saberão na altura devida reconhecer esse trabalho e esse esforço.-----

-----Concluo dizendo que Vossa Excelência e os seus colaboradores estão no caminho certo, preparando um Concelho para enfrentar o século vinte e um. Acredito que continua a valer a pena viver em Oeiras. Muito obrigado.”-----

-----**Sr. Reis Marques (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Reis Marques disse o seguinte:-----

-----“Uma das situações que eu gostava de saber, e estamos a analisar os SMAS, as contas dos SMAS, a vida dos SMAS e a gestão dos SMAS, é se já estamos a tomar em conta as medidas cautelares pela execução da nova Directiva Comunitária sobre a Água, que tem que estar até dois mil e doze em exercício. Era bom que alguma é faseada, penso que era importante que a Senhora Presidente também nos pudesse dizer. Há pouco quando citei a história da alínea e), é a alínea j) do número dois e não a alínea l).”-----

-----**C.M.O.** -----

-----A Senhora Presidente da C.M.O. deu os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Relativamente às Taxas Globais de Execução só também para vos informar, para ficarem com essa informação, fomos o Serviço Municipalizado que registou taxas de execução mais elevadas. De facto, num ano como este, com pagamentos, com taxa de execução propriamente dita de oitenta e um por cento, é de facto qualquer coisa de extraordinário em termos do conjunto a nível nacional.-----

-----Depois dizer o seguinte:-----

-----Relativamente às questões que aqui foram levantadas no que diz respeito à qualidade da água, dizer que, como habitualmente no ano de dois mil e três foram feitas ou recolhidas

amostras muito mais do que aquilo que a legislação obriga. Mas tem sido a nossa postura ao longo de anos, e, portanto, continuamos com o número de colheitas e o consequente número de análises muito superior àquilo que a legislação, de facto, dita. De qualquer forma volto aqui a reafirmar, para que não restem dúvidas, que às vezes pode por alguma má interpretação de algumas intervenções de alguns Senhores Deputados, levar a que a população possa ficar inquieta relativamente à qualidade da água, posso-vos garantir que a qualidade da água de Oeiras é boa, e, aquelas situações que foram ali focadas pelo Senhor Deputado, são situações que num leque de amostras ou num universo de amostras tão vasto quanto o nosso elas são pontuais e quando se dizem ultrapassadas é porque repetição de análises nos momentos imediatamente a seguir demonstraram que não se verificava a anomalia registada, portanto, estava perfeitamente ultrapassada, o que quer dizer que foi pontual e devido a qualquer coisa, essa qualquer coisa é normalmente investigada por quem faz esse tipo de acompanhamento e é seguida de recomendações relativamente a determinadas práticas. Se alguma situação mais grave é detectada, ela é comunicada às instâncias próprias, precisamente para que outras medidas sejam tomadas. Portanto, a qualidade da água é boa e considera-se que algumas das situações aqui, realmente, espelhadas nós fazemos isso, sei que há outras situações em que não o fazem, nós fazemo-lo porque fazemos as análises, e, portanto, damos conta desses resultados.

Também dizer, para quem não sabe, que em mil novecentos e noventa e oito quando assumi a Presidência do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora, uma das coisas que pedi quer na Câmara quer nos SMAS é que não fosse bebida outra água que não as dos SMAS, aqui não é muito práctico, os Senhores Deputados terem aí vários jarros de água para poderem beber, e, portanto, só por isso é que temos em algumas reuniões, em algumas iniciativas públicas, é que não utilizamos, porque, de facto, não é muito práctico, o jarro não é um instrumento que se manuseie com facilidade, quando estamos a falar de muito mais gente. Mas devo dizer que isso foi uma medida de mil, novecentos e noventa e oito, nada de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

novo. E eu não pago águas, a não ser estas situações, não pago águas desta marca ou de outra marca qualquer nos serviços, bebem água da torneira. Portanto, não é nenhuma medida de agora, já foi uma medida tomada em mil, novecentos e noventa e oito, por minha solicitação no mandato anterior. -----

----- Ainda relativamente à qualidade da água e ao futuro e à Directiva é algo que os SMAS também têm estado a trabalhar e que oportunamente nós e eu poderei transmitir os passos que, entretanto estão a ser dados. Sendo que nós, desde logo e quando foi apresentado, ainda me lembro, ali em Belém, esta proposta de Directiva, desde logo, aliás juntamente com a EPAL e outras Câmaras Municipais, tomámos uma posição relativamente às disposições que iriam vigorar a partir de determinada altura, e, chamando à atenção para a dificuldade da sua execução. De qualquer forma, e tendo ao fim ao cabo transmitido essas nossas preocupações, não cruzámos os braços e estamos a preparar todas as situações para que também de uma forma, como aliás também tem sido a nossa prática, por antecipação pormos algumas medidas a funcionar, nesta matéria. -----

----- Dizer-vos também para tranquilizar que todo o trabalho que tem sido feito a nível daquela parceria internacional, em que nós somos os primeiros Serviços Municipalizados a aderir e que é uma parceria coordenada pelo LENEC, estou-me a referir concretamente aqueles sistemas, ao “CAREWATER”, ao “CAREWAIST” e ao PIEWATERS”, os resultados que entretanto já são do nosso conhecimento, e como sabem nós ajudámos a constituir, e fomos cobaias, a constituir a bateria de indicadores para estes sistemas, os resultados, prematuros é certo, que já possuímos são bastante satisfatórios para os Serviços Municipalizados, portanto, são indicadores de desempenho a todos os níveis. -----

----- Relativamente a modernização e que tem a ver com a parte da INTERNET, da nossa página, tudo isso. Posso-vos dizer que está em fase de adjudicação, toda a imagem e tudo isso. Foi discutido e tive a oportunidade de discutir com os Serviços Municipalizados e com os meus

colaboradores todo este processo, e, portanto, foram introduzidas algumas exigências da nossa parte, e, neste momento, está em fase de adjudicação. Portanto, será explorada ao máximo toda essa possibilidade e essa funcionalidade. -----

----- Dizer-vos também, certamente que não repararam, que a partir de Agosto de dois mil e três foi utilizada outra forma de pagamento, aquilo que nós designámos por “PAYSHOP”, em que registou resultados bem elucidativos desta forma de pagamento, sobretudo no Concelho da Amadora, o que também era natural. Em Oeiras usa-se outros sistemas de pagamento. Na Amadora, realmente é mais importante mas mostra a forma como os SMAS se têm aproximado da população. E, portanto, também nesse particular para tentarmos, ao fim ao cabo, com a proximidade ultrapassar determinados problemas que podem constituir obstáculos para alguns dos nossos Municípios. -----

----- Relativamente às perdas de água dizer-vos que, de maneira nenhuma, e o facto de terem descido dos trinta e dois para os vinte e nove, não são satisfatórios, não são resultados satisfatórios, são resultados de registrar apenas. Continuo a dizer que com os dados, ainda que não rigorosos, mas com elementos e com alguns cálculos que não considero com um rigor a cem por cento, portanto, com uma margem de erro ainda significativa, mas considero que no nosso caso nós ficaríamos muito bem se chegássemos entre os vinte e os vinte e dois por cento, porque a partir de determinada altura não é economicamente vantajosa essa situação. E quando digo economicamente não me interpretem em pontos de vista meramente economicistas, não é! Ponderadas várias situações. De qualquer forma, como sabem, também não há padrões e como não há padrões também é difícil nós determinarmos tudo isso. -----

----- De qualquer forma, e tem sido feito um esforço muito grande, sobretudo na determinação daquelas zonas de medição e controlo, tem sido feito, como sabem, também uma substituição muito frequente e já estamos com um período que não se verifica, estou a falar na substituição de contadores, que não se verifica também em mais Município nenhum, o nosso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

período de substituição é, de facto, único também, também aí investimos imenso, como se recordarão. Aliás, lembram-se certamente de aqui há uns quatro anos a esta parte eu ter indicado a esta Assembleia que o esforço iria ser muito grande a esse nível, exactamente para haver viabilidade na parte metrológica, mas também não nos podemos esquecer que há determinadas situações que, inclusivamente, eu estou, enfim não estou em contencioso, obviamente que não é isso que está a acontecer, mas estou a tentar resolver com a EPAL, porque há facturações que nos são feitas, com as quais não estamos de acordo e já manifestámos a nossa posição. Brevemente irá haver uma reunião para tentar resolver estas situações, precisamente para que cheguemos a dados diferentes e que, obviamente, aí iriam influenciar no sentido positivo ou neste caso negativo diminuindo, positivo porque me diminuía as perdas mas negativo do outro ponto de vista. Mas estão aqui, ainda, incluídas algumas situações, como sabem, de utilização de água pelos Bombeiros e de regas de jardins e algumas outras situações, que às vezes não são muito perceptíveis. -----

----- Dizer que, falou-se há pouco em preocupações ambientais e toda a situação em algumas ribeiras e algumas intervenções. Dizer-vos que em termos de preocupações ambientais, relembrar-vos só os protocolos que temos assinado com a SANEST para erradicação das descargas nas ribeiras. No caso da Ribeira da Lage, já houve um investimento de cerca de nove milhões de euros, uma primeira fase que já está executada a montante da A cinco e uma segunda fase que está em concurso. No caso da Ribeira de Paço de Arcos também está a ser executado, neste caso pelos SMAS, o projecto para se levar a cabo a obra e na Ribeira de Barcarena está em fase de projecto e concurso está em preparação também, para ser lançado pela SANEST. E, portanto, digamos que a erradicação dos esgotos das diversas ribeiras é um processo muito moroso e é um processo que não pára em termos de algo que está a ser levado a cabo, directamente pelos SMAS ou pela SANEST, ainda que suportados pelos SMAS. -----

----- Reservas de água, como se recordam em Oeiras a única que falta é a dos Barronhos,

que é uma reserva de água de vinte e dois mil metros quadrados, que neste momento está em condições de poder avançar e que irá permitir uma autonomização do abastecimento de água nas zonas de Linda-a-Velha, Miraflores e Outurela/Portela. Portanto, foi elaborado o estudo, foi elaborado o projecto para a abertura de concurso público, e, portanto, tudo isso está em marcha. É a última reserva estratégica que Oeiras precisa, é exactamente a do Alto dos Barronhos e demorou também, como sabem, por causa da indefinição relativamente à EPAL, no mandato passado, em que o problema do reservatório do Alto do Montijo ora estava para poder passar para a Autarquia, portanto, poder ser adquirido pela Autarquia, ora estava para ficar na EPAL, andámos numa fase de indefinição. Já há algum tempo a situação, nesse aspecto, ficou perfeitamente clarificada, e, daí termos avançado com o Alto dos Barronhos. Situação arrumada. Portanto, reservas estratégicas que, de facto, e confirmo o período dos dois dias que há pouco foi referido, e, portanto, que nos dá uma autonomia considerada satisfatória, no caso de haver qualquer situação complexa. No caso da Amadora a situação é diferente, como sabem também, houve o problema da disponibilização de terrenos, ou seja, da falta de disponibilização de terrenos atempada. De qualquer forma, também a esse nível e no Concelho da Amadora as reservas estratégicas também estão em força, umas em concurso, outras em curso, tudo está. De qualquer forma, em termos de Oeiras, termina com o dos Barronhos, não mais do que isso.-----

----- Para responder, e para terminar, à questão colocada pelo Senhor Deputado Reis Marques quanto aos salários dos SMAS. Se quer que lhe diga não sei quando é que isso foi determinado, quando vim para cá fiquei a saber que os salários dos Administradores dos SMAS estavam nivelados pelos dos Vereadores. Teria havido, portanto não posso dizer que houve porque não tenho a certeza, só indo ver e agora vou ver, uma proposta de deliberação em tempos. De qualquer das maneiras posso-lhe dizer que é nivelada por aí e uma das coisas que pedi foi, exactamente, um parecer jurídico porque a verificar-se para os SMAS, verifica-se também para as Empresas Municipais, e, portanto, há aí alguma interpretação diferente relativamente a essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

matéria. De qualquer forma, seja ou não para ser aqui decidido ou que quer que seja, eu posso perfeitamente comunicar, trazer uma listinha do que cada um recebe a nível dos SMAS ou de outras empresas. Não tenho qualquer problema. Senhor Presidente muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Marcos Sá (PS)** interveio referindo o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente fiz duas perguntas que não vi respondidas.”-----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Sobre? Sobre?” -----

----- **O Senhor Deputado Marcos Sá (PS)** respondeu o seguinte: -----

----- “Sobre o Relatório dos SMAS.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Mas que perguntas é que não foram. Senhora Presidente alguma questão? Está aqui o Senhor Deputado a dizer que alguma pergunta não foi respondida.”-----

----- **O Senhor Deputado Marcos Sá (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Duas questões, de certeza que se esqueceu, foram bastantes perguntas. Mas relativamente ao balanço que faz do primeiro trimestre, da aplicação do Decreto-lei número duzentos e quarenta e três de dois mil e um.”-----

----- **A Senhora Presidente da CMO** respondeu o seguinte: -----

----- “Eu referi exactamente isso, é que proximamente vou vos trazer aqui a informação sobre essa matéria e sobre a questão das medidas que já foram tomadas e os passos dados relativamente à questão que o Senhor Deputado Reis Marques colocou. -----

----- Ficou foi uma questão por responder, e pensava que era essa, que me esqueci e não vi, que foi a intenção que a Câmara Municipal da Amadora nos manifestou de se constituir uma empresa intermunicipal. Portanto, isso está, da minha parte e da parte da Câmara da Amadora, já estão nomeadas duas pessoas para analisarem esta pretensão. Como sabem, a Câmara de Oeiras em tempos deliberou não a criação de uma empresa intermunicipal mas o avançar para uma

concessão conjunta, que ficou parada exactamente porque a Câmara Municipal da Amadora não deliberou sobre essa matéria, mas independentemente disso os SMAS anteciparam investimentos, fizeram o que tinham a fazer, portanto, nada atrasou, antes pelo contrário. Neste momento, diria que a posição até é bastante confortável nesse particular, porque os investimentos que tinham que ser feitos foram feitos e aqueles que estão em curso vão ser acabados, e, portanto, em termos daquilo que nos preocupava mais, reservas estratégicas, quando esse momento chegar tudo isso também já está concluído e depois é uma questão de reabilitação das redes que, obviamente, não é de somenos porque é importante, sobretudo, se tivermos em conta esta nossa preocupação que há pouco falámos e que tem a ver com as perdas.-----

----- De qualquer forma neste momento devo dizer, não é que não esteja e não custava aqui neste momento porque é prematuro e porque também me comprometi com o Senhor Presidente da Câmara da Amadora em ter essa situação, poderia e devia ser analisada. E, no momento em que eu costumo dizer que muitos dos sectores e muitos dos problemas têm que ser vistos em contexto Metropolitano e devem ser vistas pela a associação de várias Câmaras, digamos que não me faz sentido que isso seja, digamos, uma vertente que seja seguida nuns sectores, outros sectores outros. Não sei, confesso que tenho algumas dúvidas sobre o modelo, se é este se é outro, isso não quer dizer que não seja em conjunto. Como sabem, desde o primeiro momento eu sempre advoguei, e que permitam-me que vos fale como gestora também, é que sempre advoguei que era uma má e um mau princípio a cisão entre estas duas áreas, Oeiras e Amadora, mas isso é uma situação de gestão, como aqui sou política não tenho que me referir a isso. Mas, dizer-vos que não tenho bem a certeza se este será, de facto, o modelo ideal. De qualquer forma o trabalho em conjunto será seguramente. Muito obrigada Senhor Presidente.” --

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 602/04 relativa à Proposta de Adesão da CMO à Grande Área Metropolitana de Lisboa – Ofício N.º 30906 – 04.04.29 -----

----- Deliberação N.º 19/04 da A.M. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----**Sr. Presidente** -----

-----O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte:----- \

-----“Sobre este assunto deu entrada na Mesa um requerimento do Bloco de Esquerda, a propor o adiamento da votação deste ponto. Já fiz distribuir a cada uma das Bancadas. Como é um requerimento a propor o adiamento não tem discussão, mas tem que ser votado imediatamente.”-----

-----**Há um Senhor Deputado que intervém mas dado que o faz com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----O Senhor Presidente da A.M. respondeu o seguinte:-----

-----“O Senhor chama-lhe proposta, mas é um requerimento. Tudo aquilo que seja alterar a Ordem de Trabalhos de uma Assembleia é sempre um requerimento, independentemente de lhe chamar aquilo que seja não tem discussão, tem apenas votação.”-----

-----Vou ler apenas, por isso mesmo:-----

-----“Proponho o seguinte:-----

-----Adiar esta votação, ou seja o ponto três, para a última reunião desta sessão da Assembleia, ou seja, não para hoje.-----

-----Propor que se realize um debate na próxima quarta feira, dia doze de Maio acerca do estatuto e da proposta da formação da Área Metropolitana de Lisboa.”-----

-----Portanto, trata-se da proposta para adiar e para no entretanto realizar um debate. Fiz já distribuir a cada uma das Bancadas o texto da proposta e o texto é este.”-----

4.3.1.VOTAÇÃO – REQUERIMENTO DO BE -----

-----O Senhor Presidente da A.M. pôs à votação este requerimento apresentado pelo BE, o qual foi rejeitado com trinta e seis votos contra, sendo vinte e dois do PSD (Elísio da Veiga, Custódio Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Santos, António Joaquim Moreira, José Carlos Estorninho, Rui Manuel Freitas, José Vilhena Milhano, Luís

Marques Mendes, Jorge Pracana, Manuel madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, José Jorge Pereira, Fernando Santos Ferreira, Eduarda Matos Godinho, José Duarte Meira e Jorge Valle de Oliveira Batista), nove do PS (Marcos Sá Rodrigues, Pedro Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Monteiro Silva, Pedro Licínio Pereira, Pedro Lara Everand, João Carlos Viegas e António Lopes Cabral), quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira), um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e um voto sim do BE (Carlos Sousa Gaivoto).-----

----- **Sr. Presidente** -----

----- O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Vamos então entrar na apreciação do ponto três da Ordem de Trabalhos. -----

----- Os Senhores Deputados que queiram intervir sobre este ponto farão o favor de se inscrever de imediato na Mesa.-----

----- Senhor Deputado Tavares da Cruz tenha a bondade.” -----

----- **Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte intervenção: -----

----- “A CDU e Partido Comunista Português têm ao longo de todo este tempo considerado que a regionalização é um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento harmónico do país e para que haja uma maior igualdade entre o interior e o litoral. Daí que, em relação a toda esta problemática, considere que todos os passos que se derem para se atingir esse objectivo são positivos. No entanto, e nessa medida inclusivamente, considerou que as Áreas Metropolitanas que já existem, de Lisboa e do Porto, deveriam tender para eleições directas e não para, tal como existe neste momento, eleições indirectas. Aliás é bom dizer e é como aspecto positivo que o refiro, que na Assembleia Metropolitana de Lisboa foi aprovada uma proposta por todas as bancadas, no sentido de se caminhar, de facto, para eleições directas na Área



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Metropolitana de Lisboa. -----

----- Nestas circunstâncias nós consideramos que a Lei dez de dois mil e três é um retrocesso e é um retrocesso porque, de facto, ao procurar e ao aprovar a criação de novas Áreas Metropolitanas fez tábua rasa da experiência que já existia das duas Áreas em vigor, Lisboa e Porto. E, portanto, nós defendíamos que, de facto, Lisboa e Porto continuassem tal como estavam e a tendência deveria ser, como digo, para uma maior autonomia destas regiões. Não foi isso que aconteceu e a Lei veio determinar que seria necessário, no fundo, fazer e dar todos os passos como se já não existissem estas Áreas e para criar a Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- A CDU nos órgãos onde isto se discutiu, onde se tem discutido, nomeadamente na Assembleia Metropolitana e na Junta Metropolitana, apresentou várias propostas, no sentido de melhorar, do nosso ponto de vista, os males que a Lei dez de dois mil e três introduziram nesta matéria, e, fez várias propostas de alteração aos estatutos que era necessário elaborar e que foram aprovados. E essas propostas de alteração eram propostas que nós considerávamos fundamentais e vou referi-las: -----

----- Nos actuais estatutos, no seu artigo sexto, está lá que a transferência de competências dos Municípios integrantes para a Grande Área Metropolitana de Lisboa carecem de deliberação da Assembleia Municipal dos Municípios que procedem essa transferência. -----

----- A CDU considerou que deveria haver a substituição de deliberação por aprovação, na medida em que uma deliberação pode ser uma deliberação negativa, ao passo que uma aprovação para que se transfiram competências dos Municípios para a Grande Área Metropolitana de Lisboa, têm que ser aprovadas de facto pelas Câmaras. Portanto, a alteração de deliberação para aprovação tem o significado de evitar equívocos, isto não foi considerado. -----

----- Por outro lado a CDU considerou que já que houve alteração do nome desta área, porque dantes chamava-se Área Metropolitana de Lisboa e passou para Grande Área Metropolitana de Lisboa. Nós considerávamos que o mais correcto, e de acordo aliás com aquilo

que existe na CCR, que é CCR de Lisboa e Vale do Tejo, que o mais correcto seria denominar-se Grande Área Metropolitana de Lisboa e de Setúbal, portanto, proposta que também foi rejeitada.

----- Por outro lado considerámos que seria útil que a Grande Área Metropolitana de Lisboa pudesse abrir delegações na área dos Municípios que o integram, também foi rejeitada esta proposta.-----

----- Uma outra questão que consideramos importante foi a do artigo vigésimo quinto. O artigo vigésimo quinto diz que a Junta Metropolitana exercerá as competências mencionadas na Lei, nós queríamos reforçar a questão acrescentando que se deveria exigir uma deliberação expressa das Assembleias Municipais dos Municípios aderentes para tudo quanto constituísse competência legal dos Municípios que possam vir a ser exercida pela Grande Área Metropolitana de Lisboa e Setúbal, portanto, era um reforço e uma garantia para que não houvesse nenhuma transferência de competências dos Municípios para a Grande Área Metropolitana, em que as Assembleias Municipais se pudessem pronunciar. Foi também considerado que não seria necessário esta alteração.-----

----- Por último nós considerámos que deveria, de acordo aliás com a própria Lei que nós considerávamos errada mas de que qualquer maneira era o que se estava a cumprir, que deveria haver novas eleições para a Área Metropolitana de Lisboa. De facto, a Área Metropolitana de Lisboa neste momento é constituída por cinquenta Deputados, a nova Área Metropolitana passará a ser constituída por cinquenta e cinco Deputados. Por outro lado saiu da área Metropolitana de Lisboa um Município, que é a Azambuja, a Azambuja saiu. Nesta medida, a actual Assembleia e actual Junta já não representam aquilo que será a futura Grande Área Metropolitana, isto também foi rejeitado, apesar de inicialmente a própria Junta ter elaborado uma proposta que dizia o seguinte: -----

----- A eleição dos membros da Assembleia Metropolitana de Lisboa, dizia que deveria ser, que se deveria proceder nessa proposta, a Junta Metropolitana dizia que se deveria proceder



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

à eleição dos membros da Assembleia Metropolitana de Lisboa nos termos do número dois do artigo décimo terceiro da Lei dez de dois mil e três, por um colégio eleitoral composto pelo conjunto dos Deputados Municipais dos Municípios integrantes. Portanto, aqui a Junta admitia que se fizessem novas eleições. Quando a CDU fez a proposta, ela foi rejeitada e foi rejeitada tanto na Junta como na Assembleia Metropolitana.-----

-----Nesta medida, e como, de facto, nós consideramos que a existência da Área Metropolitana de Lisboa é positiva, não devemos esperar mais tempo, nós consideramos que, porque os estatutos não são, do nosso ponto de vista, os melhores para esta Área, nós abstemos da decisão final por forma a que possam ser viabilizáveis a constituição da nova Área Metropolitana de Lisboa e eu digo possam ser viabilizáveis porque a nossa posição é uma posição que tem que ver em Municípios onde nós temos a maioria quer na Câmara quer nas Assembleias, e, é importante para esta área que apesar de haver diferenças e diferentes posições que, de facto, não se atrasse por mais tempo, daí que a nossa posição é uma posição final de abstenção, o que não significa que nós não consideramos importante a criação da Área Metropolitana de Lisboa, até no sentido de se caminhar o mais rapidamente possível para eleições directas nesta área e para se começar ... (**Mudança de Cassete**) ... “-----

-----**Sr. Carlos Gaivoto (BE)** -----

-----O Senhor Deputado Carlos Gaivoto fez a seguinte intervenção: -----

-----O Bloco de Esquerda, ao ter feito aquele requerimento, tinha alguma intenção e continua a manter essa intenção de que este é um processo que o classificamos de anti-democrático, é um processo com o qual falta seis dias, de acordo com a Lei, para esta Assembleia Municipal rectificar ou não a Adesão à Área Metropolitana de Lisboa.-----

-----Consideramos que este processo não nasceu da melhor maneira, deveria ser um processo que deveria de ser consciente, com o objectivo de clarificação do funcionamento do aparelho Local do Estado, deveria ter objectivos muito concretos, programas muito concretos,

porque o que se trata aqui, de facto, é uma transição da maneira como se faz a gestão do território. Temos assistido, ultimamente, à proliferação de constituição de comunidades urbanas e Áreas Metropolitanas e ao contrário daquilo que deveria ter sido um amplo debate técnico, político e social, porque também a população deveria participar nesta discussão. Fomos confrontados com o ponto três da Ordem de Trabalhos desta sessão realizada a sete de Maio, portanto, faltando seis dias para a sua conclusão, de uma Lei que foi publicada o ano passado em treze de Maio, a tomarmos uma posição sobre a adesão ou não à Área Metropolitana. É evidente que por princípio nós somos a favor da Área Metropolitana, com certeza, não é isso que está em causa, seremos contra, por exemplo, denominar-se Áreas Metropolitanas, aglomerações que não têm mais, se calhar, do que trezentos e cinquenta mil habitantes, e, no entanto a Lei permite isso. Claro que aqui há questões técnicas pelo meio e era nesse sentido que o debate que propunhamos era para nós nos esclarecermos, tirarmos dúvidas, participar, no fundo. Mas parece que o PSD mantém a posição de não aceitar que a população participe, aliás não é estranho por isso que na Assembleia de Freguesia de Oeiras também foi rejeitada uma proposta nesse sentido. -----

----- O que é que levou à constituição da Lei dez e onze de dois mil e três e porquê esta premência, é claro que todos sabemos que vêm para aí fundos estruturais de outra natureza e, portanto, conjugando o útil ao agradável o Estado ou quem governa o Estado tentou fazer com que este processo fosse acelerado de uma forma e de uma perspectiva que apesar de ter alguns princípios e alguns objectivos que são vantajosos para os tempos que se avizinharam, não deixam por isso de ser criticados da forma como isto tem sido levado avante. Já tive oportunidade, nesta própria Assembleia, uma vez referir que nunca foi discutido isto, e, no entanto era um processo que estava em andamento e achamos estranho que sejamos confrontados, para não dizer encostados à parede, perante um facto consumado. -----

----- O Deputado anterior falou já de questões de estatuto e curiosamente nós começamos pelo fim, ou seja, começamos pelo estatuto, o que nós aqui aderimos ou não aquele estatuto, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

como ele referiu, e muito bem, este estatuto até tem laivos de anti-democrático. Por isso, gostaríamos que a questão da participação tivesse sido mais aceite pelo PSD, pelos Partidos que neste caso estão a conduzir este processo, porque também aqui claro que os grandes Partidos ficam incomodados, porque o que se trata quando se forma uma Área Metropolitana ou uma Comunidade Urbana é simplificar a gestão do território, aquela que eu falava há bocado. Lá fora, países com uma comunidade urbana, por exemplo, conseguem gerir uma comunidade urbana de um vírgula dois milhões de pessoas ou um milhão e meio de pessoas com quatro mil funcionários. Imaginem o que será na Área Metropolitana de Lisboa juntar as Câmaras todas e agora meus Senhores os funcionários e os agentes políticos terão que aqui emagrecer um bocado. Portanto, todas estas questões que não foram devidamente equacionadas e que não são devidamente tratadas, porque como referi há bocado a Presidente, quando se fala, por exemplo dos SMAS não estamos a falar só da Câmara da Amadora ou da Câmara de Oeiras, estamos a falar de uma infraestrutura de redes de água, a questão que se fala é de gestão de redes. Também dos transportes a mesma coisa e o que tem sido o histórico destes trinta anos de democracia é que cada Município virou-se para o seu umbigo e tentou desenvolver cada um à sua maneira, um território fazendo os disparates que estão todos à vista, só quem é que não vê e que chama a isto modelo de desenvolvimento do território, é que não vê os desperdícios e as assimetrias que se foram criando ao longo destes trinta anos e a perda de qualidade de vida que nós todos temos tido. Não só verificado pelo tempo que se perde nos transportes mas por outros indicadores, como aquele que apareceu recentemente em que Portugal é tão só o segundo país da Europa em que produz mais CO₂. Vamos pagar, de facto, facturas caras por isso. A Lei tem vantagens, a Lei dez e onze apontam para a formação das Comunidades e das Áreas Metropolitanas, claro que Portugal não tem mais do que duas áreas Metropolitanas mas parece que há para aí uns quantos Partidos que querem ver Áreas Metropolitanas em tudo, até no Alentejo querem ver Áreas Metropolitanas, portanto, isto são questões demasiado sérias e que não deveriam ser tratadas

desta maneira, e, por isso o Bloco de Esquerda não vai participar nesta votação, criticando o processo como um processo de falta de discussão, um processo de falta de participação, um processo anti-democrático. Tendo chegado ao ponto, nas vésperas de, de termos de estar a ser encostados à parede para votar ou não a Adesão. -----

----- Reafirmo que é importante constituírem-se as Áreas Metropolitanas da Área Metropolitana de Lisboa e do Porto, é importante constituírem-se algumas comunidades urbanas, mas a discussão poderia ter levado a outros horizontes, porque, de facto, nem tudo é preciso ser comunidade urbana ou Área Metropolitana, conforme as densidades, conforme o território, conforme a ocupação desse território há outros modelos. Portanto, enquadrar este processo em duas Leis, ainda por cima com estatutos anti-democráticos deixa muito a desejar.” -----

----- **Sr. Reis Marques (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Reis Marques fez a seguinte intervenção: -----

----- “Já ouvi os dois Deputados Municipais desta Assembleia, eu não comungo dos mesmos e o Partido Socialista não comunga das mesmas opiniões que aqui foram partilhadas. ---

----- Quanto aos estatutos já estive na sede própria, na Assembleia Metropolitana, e outros Membros desta Assembleia que, inclusivamente, não estão aqui hoje. Já discutimos, já analisámos. O que hoje vamos aqui decidir é a adesão, a continuação na Grande Área Metropolitana. Antigamente era Área Metropolitana e agora é uma obrigatoriedade da nova Lei, porque a nova Lei obrigou a isso. E felizmente que as coisas caminharam nesse sentido, porque houve quem quis semear junto da Grande Área Metropolitana de Lisboa, o tentar fazer uma comunidade urbana dos Municípios mais ricos e desfazer a Grande Área Metropolitana. Aqui foi feito um grande esforço de todos mas, de facto, o PSD aqui ao princípio quis caminhar para uma comunidade urbana dos Concelhos mais ricos, depois, penso que, o bom-senso veio ao de cima e ficámos todos na Grande Área Metropolitana de Lisboa. De facto, a Azambuja saiu na perspectiva de ficar agarrado a Santarém, na perspectiva de ter melhores, mais fundos a longo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

prazo, não é a curto prazo, porque a curto prazo não vai beneficiar. É um problema que cabe a cada Município neste momento e é bom que as coisas sejam assim e a nossa aderência não é uma aderência definitiva mas é uma aderência temporal, porque daqui a cinco anos qualquer Município que forma agora a nova Área Metropolitana pode vir a sair, agora fica é amarrada durante cinco anos. Tem uma certa lógica. -----

----- Ouvi aqui algumas pessoas levantar a situação das eleições directas, de facto, como disse aqui o Senhor Deputado Tavares da Cruz, não foi só nesta Assembleia, eu já passo pela Assembleia Metropolitana em dois mandatos e meio e, de facto, nós sempre levantámos o problema da eleição directa. Mas há aqui algumas questões a resolver, porque a eleição directa para a Assembleia, e eu pergunto: Estarão as Câmaras e os Presidentes de Câmara e os Municípios preparados e aceitam bem que as Câmaras não estejam lá representadas, porque agora quem faz, o Executivo da Junta Metropolitana é captação dos Presidentes da Câmara fazem a Junta Metropolitana. E, de facto, aqui cada um vai defender os seus interesses estritamente para benefícios e depois ainda há outro problema que, infelizmente, e está aqui atrás ou estava a atrás de nós, agora não o vejo na sala, o primeiro Presidente da Área Metropolitana de Lisboa e muitas vezes não têm tempo para dedicar à Área Metropolitana, porque quem está na Câmara Municipal não pode estar nesta super estrutura. Portanto, é um problema. -----

----- Quanto aos estatutos não vale a pena esgrimir aqui, nós apresentámos e o PSD também apresentou, não me cabe aqui estar a defender o PSD, mas também nós defendemos, nós esperamos é que os estatutos e temos uma entidade que vai ser fiscalizadora, porque temos que fazer a escritura até ao dia treze, é que o notário aceite estes estatutos. Nós não vamos aqui votar os estatutos, porque quem votou e aprova os estatutos é a Assembleia Metropolitana, não é este Órgão, nós só vamos aqui aceitar a continuação da Área Metropolitana, portanto, que é, no fundo, com a Lei nova, aderir à Grande Área Metropolitana. Se quisermos ser justos, porque ela já existia, é continuarmos na Grande Área Metropolitana. E aqui acho que devemos todos fazer

um grande esforço, porque temos todos a ganhar em mantermo-nos na Área Metropolitana, vamos todos, como a Senhora Presidente já aqui disse, há investimentos que é necessário fazer que não podem ser só de um Concelho, são de uma zona estrita, portanto, eu acho que nós temos muito interesse em fazer esta situação. -----

----- Quanto ao problema das eleições intercalares, também é bom esclarecer. Acho que não era justo e é o princípio constitucional de que mandatos não se interrompem, as pessoas foram eleitas por um mandato de quatro anos, não pode a meio do mandato só porque um desses Municípios sai, vai agora haver eleições novas para isso, porque, de facto, não é justo, não se interrompe os mandatos novamente. Agora, se dissolverem os Órgãos, se houver eleições nas Câmaras e nas Assembleias Municipais, ai isso sim, vamos ter. Agora, aquilo que dá origem não foi.. -----

----- Quanto ao nome, houve esse problema dos nomes quanto à história que também foi aqui levantada de poder ter uma delegação, nós achamos que o poder de fazer uma delegação é do executivo, se o executivo deliberar que é necessário ter uma delegação num outro lado qualquer, até uma delegação, uma representação da Junta Metropolitana junto da área de Bruxelas para melhor canalizar os fundos, é um problema de execução, de gestão. Não achamos que isso deve ficar nos estatutos. Portanto, nós não achamos que isso deve ser um princípio dos estatutos, é um poder do executivo de em qualquer momento poder fazer uma delegação. Não deve ser um problema estatutário.-----

----- Portanto, nós somos a favor e vamos votar favoravelmente esta posição.” -----

----- **Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Não há dúvidas nenhuma de que a lição que o Senhor Deputado do PS nos deu, e que agradeço, fiquei bem esclarecido, obrigado, quando não se sabe gosta-se de aprender. Mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estamos aqui, e muito bem, a permitir que a Senhora Presidente vá outorgar uma escritura, não estamos aqui a discutir estatutos. Os estatutos serão discutidos no lugar próprio.

Portanto o CDS Partido Popular também vê os convenientes e as mais valias que esta adesão traz para o Concelho e, portanto, também vai votar favoravelmente. Obrigado.”

Sr. Jorge Pracana (PSD)

O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção:

“Depois daquilo que o Senhor Deputado do PS, Reis Marques, referiu, pouco mais há a dizer. No entanto pretendia aqui salientar dois ou três pontos.

Em primeiro lugar a aprovação e a entrada em vigor da Lei dez de dois mil e três de treze de Maio foi no fundo a preocupação de criar uma instituição que, de alguma maneira, procurasse reflectir aquilo que é a realidade da Grande Lisboa.

Por outro lado, também, houve realmente esta preocupação de que não se destrinçasse Municípios ricos/Municípios pobres mas bem pelo contrário se procurasse definir uma grande área onde todos de alguma maneira, aproveitando as sinergias comuns, pudessem obter um ganho de causa nesta matéria. O que é certo é que nós hoje estamos fundamentalmente convidados a pronunciarmo-nos sobre a Adesão à Grande Metropolitana de Lisboa, os estatutos, pese embora alguns pontos que aqui foram referenciados, quer pela CDU quer pelo Bloco de Esquerda, são de todo neste momento, estão fora de causa a sua discussão. Entendemos assim que o Concelho de Oeiras tal como, no fundo, todos os demais Concelhos ganharão realmente com esta adesão. E ganharão não apenas em termos quase que, diríamos, de economia de escala mas ganharão, de facto, em termos de capacidade de decisão sobre matérias que a todos nos interessam, nomeadamente no capítulo dos transportes, da gestão do território. De facto há um conjunto de elementos que hoje nós não podemos ver de forma estanque, e, daí que o PSD não possa deixar de se congratular com esta proposta que a Câmara traz a esta Assembleia e pela sua parte irá votá-la favoravelmente. Muito obrigado.”

----- **Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Tavares da Cruz disse o seguinte: -----

----- “É apenas, digamos, eu ouvi aqui as intervenções dizendo que nós íamos aprovar a adesão à Grande Área Metropolitana de Lisboa e não os estatutos. Era para frisar que, de facto, o que nós estamos aqui a fazer é a aprovar a adesão e os estatutos. Portanto, isto não tem, porque nós para aprovar a adesão temos que concordar e aprovar esses estatutos.” -----

----- Portanto isto é uma clarificação, porque nós já não podemos modificar esses estatutos.” -----

----- **Sr. Marcos Sá Rodrigues (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Marcos Sá referiu o seguinte: -----

----- “Era só para, de facto, dizer que relativamente a esta questão da Área Metropolitana, sendo uma questão importante também é importante o Governo ter a sensibilidade e a responsabilidade de fazer as transferências do Governo Central para as Áreas Metropolitanas. Acho que é um ponto importante...” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado já acabou a discussão, já não é isso que está em discussão. Essa parte não está em discussão...” -----

----- **O Senhor Deputado Marcos Sá Rodrigues (PS)** respondeu o seguinte: -----

----- “O problema é que nunca está em discussão, Senhor Presidente. É que depois não se consegue fazer.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Não, agora já não está! Já houve intervenções sobre isso Senhor Deputado. Não vamos reabrir o debate porque já todos intervieram.” -----

----- **Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhor Presidente era apenas um pedido de esclarecimento, aliás na linha daquilo que disse o Senhor Deputado Tavares da Cruz, e que de alguma maneira vai ao encontro de um parecer jurídico que a CCR do Porto trouxe há pouco tempo e que tem a ver, realmente, com a questão estatutária. Eu sugeria, talvez, salvo melhor opinião que, de facto, aquando da votação ficasse a constar que os estatutos também fizeram parte da própria, aliás eles estão juntos e foram-nos distribuídos, era apenas que isso ficasse definido.” -----

----- **Sr. Presidente** -----

----- O Senhor Presidente disse o seguinte: -----

----- “Sim tem toda a razão. As interpretações estão correctas, de resto a deliberação que está aqui para votação, daqui a instantes, é clara. É, no fundo, autorizar o Município a aderir à Grande Área Metropolitana de Lisboa que se regerá pelos estatutos que acompanham a presente proposta. Portanto, ao votar, neste caso os que votarem favoravelmente, votam a decisão de entrar regendo-se pelos estatutos que aqui constam, e, portanto, automaticamente também constam da deliberação.” -----

----- **Alguém intervém mas dado que o faz com microfone desligado torna-se inaudível o que é dito.** -----

----- O **Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “O que se vota é clarinho, vota-se a decisão de acordo com estes estatutos, não de acordo com outros. Isso é claro. -----

----- De modo que vamos passar então à votação.” -----

4.3.2. VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente pôs à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria com tinta votos a favor, sendo vinte e um do PSD (Elísio da Veiga, Custódio Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Santos, António Joaquim Moreira, José Carlos Estorninho, Rui Manuel de Freitas, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes, Jorge Pracana,

Manuel Madeira Martinho, António Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Madalena Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, José Jorge Pereira, Eduarda Matos Godinho, José Duarte Meira e Jorge Valle de Oliveira Batista), oito do PS (Marcos Sá Rodrigues, Pedro Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Monteiro Silva, Pedro Licínio Pereira, João Carlos Viegas e António Lopes Cabral) e um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e quatro abstenções da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente acta dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- DELIBERAÇÃO N.º 19 /2004-----

PROPOSTA C.M.O. N.º 602/04 – ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL À GRANDE ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA. -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número seiscentos e dois barra zero quatro, a que se refere a deliberação número cinquenta e seis da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e nove de Abril findo e deliberou por maioria, com trinta votos a favor, sendo vinte e um do Partido Social Democrata, oito do Partido Socialista e um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e quatro abstenções da Coligação Democrática Unitária, autorizar a adesão do Município à Grande Área Metropolitana de Lisboa que se regerá pelos Estatutos que se transcrevem na referida deliberação, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Dona Maria Madalena Castro.) -----

4.4. Apreciação da Proposta CMO N.º 481/04 Relativa ao Relatório e Contas do Exercício de 2003 da Parques Tejo, E.M. – Ofício N.º 25973 – 04.04.19 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----**Apreciado** -----

-----**Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

-----“O Relatório e Contas da Parques Tejo, empresa municipal, demonstra que a sua actividade principal, desenvolvida durante o ano dois mil e três, se pautou pela recolha de fundos através de multas, bloqueios e reboques de viaturas. A administração encontrou a forma mágica de inverter o curso da história da empresa. Transformar uma empresa deficitária numa empresa lucrativa. A matéria-prima encontrada também foi imaginativa, é o bolso do cidadão do Município. Não foi para isto que a Parques Tejo foi criada, se nesta altura fosse efectuado um referendo, mais de oitenta por cento, estarmos certos, votavam contra a existência da empresa Parques Tejo.-----

-----Esta empresa é municipal, pelo que a sua actividade não pode estar contra os legítimos interesses da população. A solução do problema não pode passar pelo taxamento da área à superfície, terá necessariamente que passar pelo sub-solo e por silos em altura. A Parques Tejo já tem uns anitos e gostaríamos de saber o que é que foi feito nesse sentido.-----

-----Duas questões para terminar:-----

-----A primeira: Para quando a entrada em funcionamento do primeiro parque de estacionamento em sub-solo ou em silo?-----

-----Para quando a alteração da mensagem deixada na fita amarela, visto que como está se trata de uma provação à dignidade da pessoa que viu a sua viatura bloqueada?-----

-----Haja respeito pelas pessoas até porque a empresa Parques Tejo é municipal. Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

-----**Sr. João Viegas (PS)** -----

-----O Senhor Deputado João Viegas fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhor Presidente muito obrigado, e, eu antes de mais queria fazer aqui um aparte e

pedia que a Mesa não contabilizasse.-----

----- O Senhor Presidente hoje está com tanta falta de alegria, não é seu costume, se calhar também transmite isso à Assembleia. Mas devo-lhe fazer aqui um cumprimento, e dizer que apesar do actual marasmo e estado da política portuguesa, Vossa Excelência é um exemplo de ética, e, portanto, está aí o Verão, temos aí o Euro, temos aí o Rock in Rio e há que animar...”

----- **O Senhor Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

----- “Mas está muito enganado, até estou particularmente bem disposto.” -----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (PS)** recomeçou e disse o seguinte:-----

----- “Pelo menos exterioriza. Então é mea culpa, foi um erro de juízo da minha parte.” ---

----- **O Senhor Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

----- “As aparências iludem às vezes, só isso. Mas gostei da sua observação.”-----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (PS)** recomeçou e disse o seguinte:-----

----- “Muito bem.-----

----- Senhor Presidente em relação a este tema o Partido Socialista está espantadíssimo com a evolução, isto agora e sabe que isto agora da evolução é um termo que está muito aí na moda, evolução da CDU porque, de facto, a Coligação Democrática Unitária, na voz do ilustre amigo e Deputado Joaquim Cotas, estava aqui há um ano nesta mesma sala, neste mesmo sítio, com este mesmo assunto a proclamar a extinção da empresa, eu depois posso-lhe facultar as actas, com certeza o Senhor Deputado terá lá as actas e pode consultar o que disse. Mas disse, nessa altura, que com estes resultados o melhor era extinguir a empresa. Bom, que agora fruto de uma boa gestão que a empresa teve e que pela primeira vez, ao longo destes anos, tem resultados positivos, o Senhor Deputado vem, de facto, dizer que as pessoas que prevaricam em relação à Lei e às determinações que o Senhor próprio Deputado aprovou, que é isto que o Senhor Deputado não se lembra, é que foi votado por esta casa o uso dos bloqueadores. E a questão que está aqui é: Ou nós ordenamos o trânsito em Oeiras ou não ordenamos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E dava-lhe mais uma pequena explicação técnica sobre isso. A questão dos bloqueadores, que tem diminuído as multas dos bloqueadores, é uma questão pedagógica, porque no passado antes de haver bloqueadores e houve neste Concelho, aí não foi charneira, foi Lisboa que foi, teve a coragem de implementar os bloqueadores. Antes de se fazer isso os fiscais passavam uma multa, a pessoa não respondia e a Parques Tejo para pedir à PSP que identificasse os prevaricadores gastava mais dinheiro do que recebia. E, portanto, as multas eram passadas, os Munícipes não ligavam e a Parques Tejo estava na situação em que estava. Não lhe vou dizer que não terá havido, isso há sempre em todas as organizações, e aí estarei de acordo consigo, excessos e quando os há têm que ser corrigidos. -----

----- De qualquer modo o Partido Socialista congratula-se com esta gestão e poderíamos entrar depois, se quiser, eu pediria ao Senhor Presidente que me, como sei que não gosta de dar a palavra duas vezes, mas que neste assunto se depois alguém quisesse mais algum esclarecimento, nós poderíamos pormenorizar os avanços que foram feitos. Olhe, e só para lembrar e já que Vossa Excelência é de um Partido de Esquerda, uma taxa social que foi criada para os Munícipes que trabalham e que usam mais o serviço, o investimento, aumentos acima da inflação que foram dados aos trabalhadores, mais de cem mil euros de dívida amortizada, enfim penso que os números estão lá colocados. Mas fico contente que, de facto, tenha mudado o seu discurso, já não pede a extinção da Parques Tejo. O que se extinguiu foram os seus argumentos. -----

----- O Partido Socialista, também, vai deixar aqui os votos que a nova gestão se mantenha nesta linha e que consiga, de facto, alcançar os mesmos ou melhores possíveis, nesse aspecto não partilhamos ali alguma competição que às vezes existe com outros Deputados da vossa Bancada, queremos que vocês façam sempre o vosso melhor desde que seja para bem dos Munícipes. Muito obrigado.”-----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas disse o seguinte:-----

----- “De qualquer modo, só queria dizer o seguinte: -----

----- O Senhor Deputado Viegas, por quem tenho consideração, não me conhece ainda, diz que se me extinguiram os argumentos. Está enganado com isso. Era apenas isto. -----

----- Quanto ao resto do que disse, é com muito prazer porque o contraditório é bonito. As pessoas ficam com o que o Senhor disse, ouviram o que eu disse também e agora que tirem as conclusões. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **Sr. João Viegas (PS)** -----

----- O Senhor Deputado João Viegas disse ainda o seguinte: -----

----- “Eu vou usar do contraditório, a simpatia é bonito que fique e dentro desse aspecto até queria fazer aqui, há pouco não percebi a intervenção do Deputado Paulo Miranda e ia nesse sentido, e o PS sempre foi nesse sentido, de haver cordialidade nas relações aqui nesta casa. -----

----- O que tem que ficar aqui expresso e que o Senhor Deputado não desmentiu, e isso é bom, é que votou a favor dos bloqueadores e que os seus argumentos mudaram. Agora é uma questão de adjetivação, se extinguiram, se mudaram, se são outros. Agora o apreço é retribuído. Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Caldeira Martins (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Caldeira Martins fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só como introdução diria: Quem prevarica tem que ser penalizado, este é que é o problema. Logo se não for bloqueadores, tem que haver outra coisa qualquer e ainda bem que há os bloqueadores. -----

----- Mas não era por aí que eu queria ir. Eu queria só salientar dois factos de grande importância, que merecem ser destacados: -----

----- Em primeiro lugar, e já foi aqui dito, pela análise da demonstração dos resultados constata-se que a empresa passou em dois mil e três a ser super avitária, isto é, de prejuízos em anos anteriores obteve no exercício de dois mil e três um resultado líquido positivo, facto este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

importante para a empresa e mal para os que profetizam a desgraça. -----

----- Segundo, e agora referindo-me ao artigo trinta e cinco, que já o ano passado foi aqui discutido, embora o artigo trinta e cinco do código das sociedades comerciais ainda não esteja em vigor, só entrará em vigor em relação às contas de dois mil e quatro, eu tinha dito isso o ano passado e fui contrariado pelo Líder da Bancada do PS, mas a situação já foi esclarecida porque, de facto, o artigo trinta e cinco foi suspenso e passado a entrar em vigor em dois mil e quatro, e não como dizia o Líder da Bancada do PS que era em dois mil e dois, mas essa situação já está ultrapassada. Eu queria dizer o seguinte: -----

----- Nos termos do número dois do artigo trinta e cinco considera-se estar perdido metade do capital social, quando o capital próprio constante do balanço do exercício for inferior a metade do capital social. -----

----- Ora no exercício de dois mil e três, e de acordo com as demonstrações financeiras apresentadas, verifica-se, de facto, uma perda de setenta e seis por cento do capital social, isto é um facto. Em conformidade com o número um do artigo trinta e cinco, os membros do conselho de administração que, pelas contas do exercício, verifiquem estar perdido metade do capital social devem propor aos sócios medidas concretas tendentes a resolver a situação. Foi o que aconteceu. A Câmara, a única accionista da empresa, deliberou realizar um aumento de capital no montante de trezentos e cinquenta mil euros, dando assim cumprimento ao estipulado na lei, ou seja, com esta realização em dinheiro manteve em mais de dois terços a cobertura do capital social. Esta é que é a situação. -----

----- Para terminar eu gostaria de fazer a seguinte pergunta ao conselho de administração:

----- Qual a razão porque até trinta e um de Dezembro de dois mil e três não tinham sido registadas, na Conservatória do Registo Comercial, as contas de noventa e nove, dois mil, dois mil e um e dois mil e dois? Muito obrigado.”-----

----- **Sr. Elísio Veiga (J.F. Algés)** -----

----- O Senhor Deputado Elísio Veiga fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu queria só, em primeiro lugar, dar os parabéns naturalmente pela gestão da empresa e por se ter transformado uma empresa que era deficitária numa empresa que o deixou de o ser. -----

----- Mas queria colocar uma questão ao Senhor Vereador Ferreira de Matos, que era a seguinte: -----

----- Em Algés, que é talvez a freguesia do Concelho que tem mais parquímetros que o resto do Concelho todo junto, a questão que punha era a seguinte: Há pessoas que vivem em Algés, em zonas ou em ruas que não têm parquímetros e que o que está a acontecer é que as pessoas procuram normalmente essas zonas para não pagarem nada, e elas não têm local onde arrumar o carro. Essas pessoas vieram-me colocar a questão, se era possível a Parques Tejo distribuir por essas pessoas dísticos para que elas pudessem parar noutras zonas, porque como não têm onde parar o carro na sua própria zona e não podem ter dístico porque a rua não é parqueada, nem têm lugar ali nem em mais lado nenhum, se quiserem parar o carro noutro lado têm que pagar, e, portanto, nesse sentido gostariam de ter direitos iguais e são prejudicadas nos seus direitos por essa situação. Se fosse possível resolver isso, as pessoas têm-se queixado com bastante frequência. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Pedi a palavra, Senhor Deputado João Viegas, para que efeito?” -----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (PS)** respondeu o seguinte: -----

----- “É apenas um pedido de esclarecimento que queria fazer ao meu ilustre colega Caldeira Martins.” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

----- “Já não pode Senhor Deputado. Já não pode porque agora já interveio outro Senhor Deputado, depois disso.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Deputado João Viegas (PS) disse o seguinte: -----

-----“Mas estava a fazer sinal, a Mesa é que não viu. Senhor Presidente é um pedido simples.” -----

-----O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Foi na altura? Vou confiar em si, na sua palavra. Então faça lá. Tem que ser na altura mas se eu não vi, é outra questão. Faz favor.” -----

-----O Senhor Deputado João Viegas (PS) disse o seguinte: -----

-----“O Senhor Deputado Caldeira Martins nestas questões contabilísticas deixou-me aqui uma grande dúvida, porque ele teve uma querela com o meu colega de Partido, Luís Miguel, e tão depressa diz que o artigo trinta e cinco não deve ser evocado porque só entra em vigor em dois mil e quatro e agora para meu espanto, Vossa Excelência vem a esta casa com aquilo com que o Senhor se fartou de contestar o meu camarada e colega, vem evocar o mesmo artigo numa contra-argumentação. Só lhe peço este esclarecimento: -----

-----Então afinal em que é que ficamos em relação ao artigo trinta e cinco, conta quando os argumentos são a favor de Vossa Excelência e não conta quando são a favor do Partido Socialista. É só este aspecto que era importante esclarecer.” -----

-----Sr. Caldeira Martins (PSD) -----

-----O Senhor Deputado Caldeira Martins deu a seguinte resposta: -----

-----“Senhor Presidente, isto de facto, ali o Senhor Deputado Viegas, enfim, passando à frente da coroa de flores, continua a insistir com o Caldeira Martins, mas muito bem e vou-lhe responder com todo o gosto: -----

-----Senhor Deputado nós estamos a discutir as contas do exercício de dois mil e três e eu só quis referir que o artigo trinta e cinco vai entrar no decurso do exercício de dois mil e quatro e como a situação não ficou resolvida em dois mil e três, resolveu-se a questão em dois mil e quatro. Foi simplesmente isto que disse. Não contrariei absolutamente nada...” -----

----- **O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados não entrem em diálogo, eu que estou aqui a assistir já percebi toda a questão, os Senhores como é que não perceberam, são ambos pessoas inteligentes. Tenham paciência. Até já eu percebi.” -----

----- **O Senhor Deputado Caldeira Martins (PSD)** disse o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente vou ficar por aqui porque para bom entendedor meia palavra basta. Muito obrigado.”-----

----- **Sr. Carlos Coutinho (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Coutinho fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. A minha intervenção é muito rápida, é só no sentido de reforçar a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Algés, que me deu outra vez alegria de estar sentado aqui, porque hoje esta Assembleia tem sido muito difícil suportá-la e se eu, de facto, não entregasse a minha senha ao meu Partido eu não era capaz de aguentar esta sessão. Como estou aqui por gosto e numa missão de representação da população, acho que a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Algés merece a preocupação do Senhor Vereador Ferreira de Matos, porque, de facto, é uma questão muito sentida, é uma questão de falta de oferta de parqueamento e a população já levantou isto na Assembleia de Freguesia de Algés, com toda a premência. -----

----- Fazia o apelo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Algés fez à Câmara, no sentido de viabilizar a questão que ele muito bem, desta vez, levantou. Muito obrigado.”-----

----- **C.M.O.** -----

----- **Sr. Vereador Ferreira de Matos** -----

----- O Senhor Vereador Ferreira de Matos deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Primeiro espero no próximo ano, sinceramente, que o PS tenha cordialidade a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

discutir este tema, que tem este ano, ficarei muito contente com isso se cá estiver à frente da empresa.-----

-----Segundo, para o Senhor Deputado Joaquim Cotas, para quando a entrada dos parques subterrâneos. Entrou em funcionamento, há dias, um em Carnaxide com duzentos lugares, está em funcionamento um em Queijas há uns anos já e vão ser lançados ao longo deste ano seis novos parques, concurso para execução e exploração, concurso, dizia eu, para seis novos parques de estacionamento. -----

-----Quanto às faixas vou apurar, exactamente qual é a provocação, o que é que se passa. Quero que fique bem claro aqui, em termos desta Assembleia, que a Parques Tejo existe para servir o cidadão, existe para servir os Municípios. Não existe para agredir ninguém, não é esse o nosso espírito, não é assim que vamos conduzir a empresa. Portanto, estamos cá para acolher as pessoas que nos visitam, as pessoas que trabalham e vivem em Oeiras. -----

-----Quando colocam aqui uma questão em relação às contas, porque é que não estão registadas. A única coisa que lhe posso dizer Senhor Deputado é que não foram registadas mas vão ser registadas. Neste momento estamos a trabalhar nesse sentido, de tratar de algumas coisas que não estavam feitas mas nas empresas estas coisas acontecem e numa empresa municipal, numa empresa, deixem-me chamar-lhe pública, estas coisas acontecem ainda mais porque as administrações mudam com alguma frequência e começa a ser difícil quando não há uma gestão que perdure no tempo há coisas que acabam por ficar pelo caminho. Portanto, espero que percebam que a culpa não é desta administração, não foi da anterior nem das anteriores, porque já é a quarta ou quinta administração neste momento, mas o repartir de responsabilidades e o tempo obriga a que às vezes se cometam alguns erros e não haja continuidade no trabalho.-----

-----Em relação à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Algés, tem razão vamos tentar alargar as zonas, não podemos é dar dísticos que permitam, e já falámos sobre isso, que qualquer pessoa possa estacionar em qualquer lado porque tem um dístico. Não, os dísticos

são para determinadas zonas, vamos tentar alargar as zonas para criar uma maior cobertura ao estacionamento das pessoas que ali vivem. E com isto julgo que resolvemos os problemas. -----

----- Curiosamente não temos tido reclamações nesse sentido, e o que pedia aos Senhores Presidentes de Junta e aos Senhores Deputados é que quando houver questões destas, não deixem de as colocar à Parques Tejo em tempo útil, porque às vezes esperar por uma Assembleia Municipal ou esperar que se esteja com um Presidente de Junta acaba por criar alguns inconvenientes às pessoas, alguns problemas, que nós não gostaríamos. Portanto, estamos cá para servir os Municípios e é assim que vamos continuar com certeza. -----

----- Em relação a se vamos mudar ou se não vamos mudar a política da empresa, enfim cada pessoa tem um estilo, cada equipa tem um estilo, há coisas para aperfeiçoar mas garantidamente que a maioria das coisas que a empresa fazia em dois mil e três irão continuar a ser feitas em dois mil e quatro. Muito obrigado.”-----

----- **Sr. Elísio Veiga (J. F. Algés) – Pedido de Esclarecimento -----**

----- O Senhor Deputado Elísio Veiga disse o seguinte: -----

----- “A pergunta que coloquei ao Senhor Vereador Ferreira de Matos não foi bem aquela a resposta que ele me deu. Porque o Senhor Vereador Ferreira de Matos falou, e bem, era no alargamento das zonas, mas eu não estou a pôr essa questão, Senhor Presidente. Eu estou a pôr a questão das pessoas, portanto, só tem direito a dístico quem vive numa rua que tem parquímetros. Eu estou a pôr a questão das pessoas que vivem em ruas que não têm parquímetros e que não conseguem arrumar os carros nas suas ruas, porque as outras pessoas vão para lá e se elas quiserem arrumar nas zonas adjacentes, que são parqueadas não o podem fazer porque não têm direito a dístico. O que eu estou a pedir ao Senhor Vereador Ferreira de Matos é que essas pessoas que vivem em zonas que não há parquímetros, que possam ter um dístico que lhes permita estacionar o carro nas zonas adjacentes à sua residência. -----

----- É essa a questão que estava a colocar ao Senhor Vereador Ferreira de Matos. Muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

obrigado.”-----

-----**Sr. Carlos Gaivoto (BE) – Pedido de Esclarecimento** -----

-----O Senhor Deputado Carlos Gaivoto disse o seguinte:-----

-----“O Senhor Vereador responsável pela Parques Tejo sabe que desde mil novecentos e noventa e dois existe um estudo de ordenamento da circulação e estacionamento da zona de Algés, feito para a Câmara de Oeiras e apresentado à Vereação da altura, à Câmara de Oeiras. Sabia disso? E estavam lá soluções para os moradores de Algés e do Alto de Algés?-----

-----**Sr. Marcos Sá (PS) – Pedido de Esclarecimento** -----

-----O Senhor Deputado Marcos Sá disse o seguinte:-----

-----“Eu só queria perceber se o Senhor Presidente da Junta de Algés está a querer que se alarguem e que haja mais parques, mais parquímetros nas ruas onde não há, não sei se é isso, não sei se foi exactamente isso que quis dizer. Parece que sim, porque efectivamente em Algés, infelizmente, e por falta de parque também, de facto as pessoas que têm os parquímetros, já as próprias pessoas para andarem à procura de lugar já é complicado. Portanto, não percebo qual é a solução que se estava a querer criar. Se é alargar parquímetros para as ruas que não têm, será essa?”-----

-----**Sr. Presidente** -----

-----O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Não. Acho que já percebemos e agora vou dar a palavra ao Senhor Vereador porque, no fundo, são as duas questões que lhe foram colocadas.-----

-----Senhor Vereador Ferreira de Matos queria fazer o favor de responder às duas questões que foram colocadas.”-----

-----**C.M.O.** -----

-----**Sr. Vereador Ferreira de Matos** -----

-----O Senhor Vereador Ferreira de Matos deu os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Eu julgo que deve ser estudado. O problema que está a colocar deve ser atentamente estudado, sem que isto venha a criar problemas às pessoas que estão em zonas tarifadas. Portanto, eu comprehendo que, falando com as pessoas e nós temos tido o cuidado de receber quer Municipais quer empresas instaladas no Concelho, e, particularmente aqui na zona de Algés. Ainda há dias por causa de um conjunto de empresas que está sediada atrás dos Bombeiros Voluntários, tivemos oportunidade de receber as pessoas, de conversar com elas para encontrarmos em conjunto soluções. Portanto, é nesse caminho que vamos continuar, tenho que agradecer as sugestões, iremos falar consigo também, naturalmente, para poder ouvir alguma achega porque ninguém melhor do que o Presidente de Junta conhece a sua freguesia, portanto são sempre achegas importantes.-----

----- Em relação ao estudo de tráfego existente, de ordenamento da circulação e do estacionamento, ele existe, foi visto, eu na altura, o Senhor Deputado não se lembra com certeza porque está cá há muito pouco tempo, mas eu era Deputado Municipal também e tive oportunidade de ver esse estudo, lembro-me de algumas coisas. Lembro-me de coisas boas, lembro-me de coisas más, como em todos os estudos, há coisas com que estamos de acordo e há coisas com que não estamos mas irei reavivar a memória um dia destes, procurando esse estudo para o ler novamente.-----

----- É importante que se perceba isto: Para a Parques Tejo o importante é o ordenamento do parqueamento, não sequer o lucro de ter muito lucro ou pouco lucro, é o que tem menos importância, desde que não seja uma empresa deficitária. Portanto, ordenar o parqueamento no Concelho de Oeiras é a função mais importante da Parques Tejo. Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Carlos Gaivoto (BE)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Gaivoto disse ainda o seguinte:-----

----- “É que o estudo além de ter sido apresentado à Vereação também foi apresentado na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Junta de Freguesia de Algés na altura, e na altura era uma Presidente, a qual estava de acordo com as soluções propostas no estudo.” -----

----- **C.M.O.** -----

----- **Sr. Vice-Presidente** -----

----- O Senhor Vice-Presidente da CMO, Senhor Vereador Neno, deu ainda os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Naturalmente que a Câmara Municipal tem conhecimento desse estudo, de noventa e dois até hoje muita coisa mudou, muitas coisas ainda têm alteração e, naturalmente, esses estudos têm que ir evoluindo... (**Mudança de Cassete**)... tivemos de lhe dar continuidade. Como sabe, há situações em que até o próprio Metro Ligeiro de Superfície vai alterar algumas das soluções ali apresentadas. Portanto, é essa situação, que eu queria dizer. Mas, a Câmara Municipal tem conhecimento e algumas coisas correm bem. Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Presidente** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal refere o seguinte: -----

----- “Muito obrigado também. Está realizado, então, o Ponto quatro. Vamos passar ao Ponto cinco, Senhores Deputados.” -----

4.5. Apreciação da PROPOSTA C.M.O. Nº. 517/04 relativa ao Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2003 da OEIRAS VIVA – Gestão de Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos, E.M. – Ofício Nº. 25978 de 04.04.19 -----

----- **APRECIADA** -----

----- **Sr. Manuel Aparício (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Manuel Aparício disse o seguinte: -----

----- “Ora bom, da nossa apreciação, nós temos aqui duas ou três questões, que são menores e há uma que, enfim, reputamos de alguma substância. -----

----- Antes do mais, penso que é desejável que haja, digamos, algum rigor na Acta. Eu

penso, quando está aqui dito que foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação, eu penso que é para apreciação. É um erro, que deve ser corrigido. Mas é um erro de pormenor.- -----

----- Depois, a questão que eu também queria pôr sobre a página oito onde diz: -----

----- Relativamente à previsão Orçamental – houve uma menor receita resultante, e, não vale a pena estar a ler o resto, penso que estará a acompanhar-me. Nós gostaríamos de obter alguns esclarecimentos mais desenvolvidos para esta operação, dado que esta não estava completada na previsão Orçamental, que é, penso, relativamente à previsão, houve uma menor receita resultante da concessão da exploração à Piscina Municipal de Linda-a-Velha. -----

----- Em seguida, na página dez diz-se: -----

----- “Relativamente ao esperado/orçamentado, estima-se um aumento da frequência em dez por cento, o que não se verificou, tendo ficado muito aquém – dois vírgula cinco por cento, o que teve reflexos negativos na receita esperada.” -----

----- Porque é que, nós gostaríamos de saber, porque é que esta estimativa teve este fracasso tão evidente ou este desvio tão evidente?-----

----- São, digamos, as questões, que nós consideramos menores, a de maior substância, como disse de início, era efectivamente a Certidão Legal das Contas da Sociedade de Revisores de Oficiais de Contas, onde diz que era, enfim, de boa gestão, deliberar a reconstituição dos capitais próprios. Penso que isto já se arrasta há algum tempo, e, a pergunta nuclear, que nós queríamos aqui deixar, é: quando é que a CMO, Câmara Municipal de Oeiras ou a Gestão delibera o aumento de capital próprio, de modo a sanar a reserva que os Revisores aqui expressam, uma vez que está em causa o princípio da continuidade, que é um dos princípios contabilísticos geralmente aceites universalmente. -----

----- Eram estas as questões, que nós gostaríamos de ver clarificadas. Muito obrigado, Senhores Presidente.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----**Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte intervenção:-----

-----“Da continuação desta última intervenção, quer-nos parecer que, de facto, nós temos aqui as contas. Elas estão também claras. Têm o certificado legal de contas, e, portanto, é uma situação, que nos parece, que é correcta e que está de acordo com a Lei. Aliás, as empresas municipalizadas são obrigadas a ter um Revisor Oficial de Contas. -----

-----E, de chamar a atenção que, de facto, a Câmara tem que ter em conta as reservas, que foram apontadas e que foram aqui indicadas.-----

-----Quer-nos parecer que alguns aspectos positivos, há aspectos positivos neste Relatório, um deles, digamos, é que um defeito, que tínhamos apontado o ano passado em relação à situação do pessoal, que estava, o pessoal, fora do Quadro, que não era do Quadro. Neste momento, todo o pessoal da Empresa tem o estatuto perfeitamente regularizado. -----

-----E, um outro aspecto que revela os serviços prestados desta Empresa à população é que ao longo deste ano, as piscinas e os pavilhões tiveram uma utilização, pelas contas e pelos números, que estão expressos no Relatório, de cerca de cem mil utilizadores, o que me parece bastante útil e que, por si só, justifica esta Empresa. Muito Obrigado.”-----

-----**CMO** -----

-----**Sr. Vereador Arnaldo Pereira** -----

-----O Senhor Vereador Arnaldo Pereira refere o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

-----Relativamente à questão posta do desvio da previsão da receita da Piscina de Linda-a-Velha, da Piscina Municipal de Linda-a-Velha, recordo aqui que a Piscina Municipal de Linda-a-Velha está concessionada e a tutela do contrato de concessão passou para a Oeiras Viva. No âmbito dessa concessão, o concessionário paga uma determinada renda anual, simplesmente esse contrato estabelece também que, compete à Entidade concessionária os trabalhos de manutenção

daquela piscina, mas a intervenção mais estrutural, mais de fundo é da competência da Câmara Municipal. -----

----- Sucede que, foi necessário efectuar um investimento, que é da responsabilidade da Câmara Municipal, embora, em parte, tenha sido suportado pelo concessionário, de resto insuficiente, porque ele já apresentou e neste momento está em apreciação o novo Plano de Investimento, que é necessário efectuar naquela piscina, que já tem, enfim, alguns anos e, de facto, estes trabalhos de manutenção em equipamentos deste tipo são necessários, e, portanto, a diminuição da receita, que significa, que é a verba que é transferida para a Empresa Municipal Oeiras Viva pela tutela desse contrato, teve que ser diminuída, digamos, da parte que o concessionário suportou relativamente ao investimento, que teve que fazer, e, houve aí um acerto de contas relativamente à renda anual, que ele tinha que pagar. Isso foi objecto de análise, e, verificou-se que efectivamente uma parte do investimento, que ele teve que fazer, seria da responsabilidade da Câmara Municipal, porque não era a manutenção corrente do equipamento, mas era uma intervenção mais estrutural. -----

----- Depois, relativamente à Piscina Oceânica, chamo aqui atenção para a circunstância de se terem verificado alguns desvios entre a previsão orçamental, efectivamente aquilo que se verificou, seja ao nível das receitas da Piscina Oceânica, seja noutras planos também, houve aqui alguns desvios. No que diz respeito a esse desvio, que se pode considerar significativo, nós podemos dizer que as causas, por um lado, são causas meteorológicas – chamo aqui atenção para o facto de, a maior afluência à Piscina Oceânica se verificaram aos fins-de-semana e não nos dias de semana. E, se bem se recordam também no Verão passado, houve alguns fins-de-semana em que choveu e, quando chove praticamente ninguém vai à Piscina Oceânica. Isso tem, de facto, um reflexo muito significativo na receita. -----

----- De resto, como sabem, a época balnear foi este ano antecipada para o dia um de Maio. Esteve um tempo magnífico até ao dia um de Maio e desde o dia um de Maio tem estado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um tempo também, enfim, um tempo desse ponto de vista bastante complicado, e, portanto também, a nossa expectativa relativamente à afluência neste princípio de Maio, não se tem confirmado por esse tipo de razões. -----

-----Mas é natural que outro tipo de razões tenha concorrido também e, de facto, atravessamos momentos difíceis em que as famílias têm perdido poder de compra e, também é evidente que houve aí, enfim, alguma relação entre esta diminuição gradual do poder de compra e a crise, que atravessamos e a afluência à Piscina Oceânica. -----

-----Depois a terceira questão, que aqui é levantada, é uma questão muito pertinente e que tem vindo a ser levantada junto da Câmara Municipal, porque esta Empresa Municipal, quando foi constituída, foi constituída com Capital Social irrisório, não é? Que de forma nenhuma corresponde ao volume de negócios e às necessidades da Empresa.-----

-----Chamo aqui atenção para a circunstância de, no momento em que se constituiu, ela neste momento está em instalações da própria Piscina Oceânica, não houve praticamente nenhum investimento nem instalações nem aquisição doutro tipo de recursos mas, de facto, neste momento, e isso tem sido recomendado à Câmara Municipal, não apenas pela Empresa Certificadora de Contas, mas com a própria Administração. Torna-se imperativo já no próximo ano contemplar um aumento de capital para níveis comparáveis a de outras empresas municipais, que aliás, tem um volume de negócios que nem é equiparável ao da Oeiras Viva. E, portanto, essa questão está levantada à Câmara, que é uma questão absolutamente crucial.-----

-----Finalmente uma última nota relativamente à situação do pessoal, nunca houve situações irregulares de pessoal na Oeiras Viva, é importante sublinhar isto. É evidente que a Empresa constituiu-se apenas em dois mil e um, e, aliás já, digamos, no final do primeiro trimestre de dois mil e um, de modo que, num primeiro momento, as pessoas, que foram contratadas, estavam numa situação contratual de Contrato a Termo na perspectiva da sua integração, findo o termo desse contrato, nos Quadros da Empresa, o que se veio a verificar.

Ainda algumas pessoas, que estão numa situação contratual de Contrato a Termo, porque vieram substituir ou porque foi necessário proceder à sua contratação ou porque vieram substituir outras pessoas que, entretanto, tiveram que sair, mas a Empresa tem estado atenta a essas situações e, sempre que possível as pessoas, findo, digamos, a sua situação, em termos de Contrato a Termo, ingressam no Quadro da Empresa.

----- Penso que foram estas questões, que foram colocadas pelos Senhores Deputados.” ---

----- **Sr. Presidente** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal refere o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador. -----

----- Senhor Deputado Marcos Sá tem algum pedido de esclarecimento a fazer?”-----

----- **Sr. Marcos Sá Rodrigues (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Marcos Sá Rodrigues fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pedido muito curto e que tem a ver com uma preocupação do Senhor Vereador, que tem a ver com o poder compra das famílias portuguesas.-----

----- Queria saber, de facto, se para dois mil e quatro estão previstas ou se foram feitos aumentos relativamente às piscinas e aos equipamentos. E, de facto, qual é a perspectiva de aumento relativamente ao ano dois mil e quatro? Se já foram praticados, porque não tenho conhecimento e ainda não veio à Assembleia Municipal.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** disse o seguinte: -----

----- “Quer perguntar, quais são os aumentos. É isso?” -----

----- **O Senhor Deputado Marcos Sá Rodrigues (PS)** continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----

----- “Exactamente, visto a preocupação do poder compra das famílias, que eu também partilho desse...” -----

----- **CMO**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----**Sr. Vereador Arnaldo Pereira** -----

-----O Senhor Vereador Arnaldo Pereira respondeu o seguinte:-----

-----“Houve efectivamente uma actualização do preçário para as piscinas e apenas para as piscinas municipais neste ano de dois mil e quatro.-----

-----Recordo que em dois mil e três não tinha havido actualização nenhuma do preçário mas, o que eu posso referir ao Senhor Deputado, é que essa actualização do preçário, que andou à volta dos dois e meio por cento, em termos globais para o ano de dois mil e quatro, é altamente compensada com pacotes especiais mesmo para a Piscina Oceânica, para famílias, para todo o mês e com programas específicos que, relativamente a determinados utilizadores, são até gratuitos.-----

-----Recordo que, nós concedemos gratuitidade de utilização em todas as piscinas municipais e até na Piscina Oceânica para determinados utilizadores específicos. E portanto, digamos que, essa actualização do precário é compensada pela possibilidade que é dada a determinados grupos de utilizadores de uma actualização a preços reduzidos ou até gratuito.” -----

-----**Entretanto, é colocada uma questão por um Senhor Deputado da Assembleia Municipal, mas dado que a fez de microfone desligado, é completamente impossível a sua identificação e consequente transcrição da mesma.** -----

-----O Senhor Vereador Arnaldo Pereira continuou, respondendo o seguinte:-----

-----“Sim, isso foi levado à Câmara Municipal já com a proposta da actualização do preçário para o corrente ano de dois mil e quatro.” -----

-----**Sr. Presidente** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal refere o seguinte:-----

-----“Muito obrigado.-----

-----Está esclarecida a sua dúvida, a sua curiosidade, sobretudo. -----

-----Senhores Deputados vamos, agora, passar – em princípio vamos só fazer mais um

ponto e terminamos. -----

----- Vamos passar só ao ponto seis, que é uma Proposta simples.”-----

4.6. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. Nº. 1682/03 relativa à Actualização das Comparticipações para Obras Gerais de reforço de Abastecimento de Água para o Ano de 2004/SMAS – Ofício Nº. 23902 de 04.04.12 -----

----- Deliberação Nº. 20/2004 da A.M. -----

----- Sr. Pedro Melo e Sá (PS) -----

----- O Senhor Deputado Pedro Melo e Sá refere o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente. -----

----- Senhores Deputados.-----

----- Muito boa tarde. -----

----- Nesta Proposta está-se a propor a ratificação da Deliberação do Conselho de Administração dos SMAS referente à Proposta de Actualização das Comparticipações para Obras de Reforço de Abastecimento de Água para dois mil e quatro. Estas actualizações têm por base a evolução da Taxa da Inflação Esperada que é cifrada em três e meio por cento, valor esse que encaramos com enorme curiosidade, tendo em conta que os valores esperados pelo Governo, que são os valores esperados a nível da Administração Pública, na qual se inclui este Município e, por consequência, também os próprios Serviços Municipalizados, são valores inferiores na ordem dos dois vírgula oito, três por cento. Pelo que, queríamos perguntar à Câmara, neste caso na pessoa do seu Vice-Presidente, o que é que justifica esta diferença relativamente a esse critério utilizado pelo Governo, que, de facto, não nos parece fazer muito sentido. -----

----- Por outro lado, queríamos fazer notar que, estes aumentos supostamente em três e meio por cento, ainda que tal se deva, ainda que, com as situações, que decorrem dos arredondamentos, acabam pelo valor na prática para Habitação e Comércio de três vírgula sessenta e oito por cento, para a Indústria de quatro vírgula dezassete por cento e para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Equipamento de quatro vírgula quarenta e quatro por cento. Ainda que valores tão altos sejam consequência do arredondamento, há que deixar aqui claro nesta Assembleia que os efectivos aumentos destas comparticipações vão ser estes.” -----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

----- “Solicito um esclarecimento à Câmara para nós decidirmos, o que fazer, qual é o nosso sentido de voto desta Proposta, que é: -----

----- Quem vai suportar estes aumentos?”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** esclarece o seguinte:-----

----- “Exactamente.”-----

----- Acho que as duas questões importantes é saber, quanto é que são os aumentos e quem é que os vai suportar?”-----

----- **O Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU)** respondeu o seguinte: -----

----- “Exactamente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Vereador Neno.” -----

----- **O Senhor Deputado Joaquim Cotas (CDU)** acrescentou o seguinte: -----

----- “Para nós, é só quem os vai suportar.”-----

----- **CMO** -----

----- **Sr. Vereador Neno – Vice-Presidente** -----

----- O Senhor Vereador Neno prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Senhor Presidente, muito rapidamente, quem os vai suportar, naturalmente, que são os urbanizadores, não é? É quem promove os processos, porque são obras gerais para reforço de abastecimento de água.”-----

----- Peço desculpa, estava eu a dizer que, quem vai suportar estes aumentos são os

urbanizadores, aquando na emissão dos alvarás de loteamento. -----

----- Depois, sobre a Taxa de Inflação Esperada, relembro aos Senhores Deputados que a data e, porque é que é este valor? É simplesmente, quando o Conselho de Administração deliberou sobre esta Taxa, foi no dia três de Dezembro, que deveria de vir sequencialmente logo aqui, à Assembleia Municipal. Logo na primeira Assembleia deste ano. -----

----- O que acontece, é que esperamos até este dia com data e foi com o valor da inflação publicada pelo INE a trinta e um de Outubro, porque estávamos no dia três de Dezembro ou seja não tínhamos os valores de Novembro. Mas, no dia trinta e um de Outubro, a Taxa Esperada era três e meio por cento. Portanto, foi com base nesse valor que foi publicado e foi decidido este aumento. Julgo que é perceptível por todos. Muito Obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas refere o seguinte: -----

----- “A CDU considera-se esclarecida pela questão colocada e, acrescentando, portanto, o valor das Taxas, está decidido o nosso sentido de voto. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, é um pedido de esclarecimento? Se faz favor.”-----

----- **Sr. Pedro Licínio Pereira (PS) – Pedido de esclarecimento** -----

----- O Senhor Deputado Pedro Licínio Pereira fez o seguinte pedido de esclarecimento:--

----- “É. Depois do esclarecimento, agora, que nos foi posto, tenho aqui uma dúvida, é que no documento, que está presente, o que está aqui, é a variação de dois mil e três/dois mil e quatro e não a variação de dois mil e dois/dois mil e três àquela que o Senhor Vereador se referia!-----

----- Portanto, mantém-se a questão levantada pelo Partido Socialista em que se verifica que há uma divergência entre a Inflação Esperada prevista pelo Governo e a prevista por esta Câmara!” - -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Então, importa-se de, Senhor Vice-Presidente, explicar esta questão, por favor.” -----

----- **CMO** -----

----- **Sr. Vereador Neno – Vice-Presidente** -----

----- O Senhor Vereador Neno prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Senhor Presidente, acho que a questão, eu esclareci-a! Ou seja, a Câmara no que se baseia é na Taxa de Inflação publicada pelo Instituto Nacional de Estatística à data de trinta e um de Outubro e em que dizia que, essa Taxa que para o dia trinta e um de Outubro, a Inflação Esperada de dois mil e três/dois mil e quatro era três vírgula cinco por cento. Portanto, foi isso, o que referi. São publicados mensalmente, como sabem, pelo INE, esses valores.” -----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (PS)** refere o seguinte: -----

----- “Peço desculpa, essa é de dois mil e dois/dois mil e três!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado João Viegas, então, acabou de prescindir e agora volta a insistir! Essa instabilidade emocional não fica bem!” -----

----- **Sr. João Viegas (PS)** -----

----- O Senhor Deputado João Viegas interveio, referindo o seguinte: -----

----- “Não, acabei de prescindir... -----

----- Eu sei, obrigado Senhor Presidente. -----

----- Hoje, estamos com uma preocupação mútua, não é? Não, mas queria perguntar ao Senhor Vice-Presidente, e, ele respondeu a mesma coisa e, não querendo cair em tautologias, se de facto uma vez que... muito bem, nessa altura era os elementos que tinha, mas agora tem outros! Portanto, se tem outros, pode alterar a Proposta no sentido mais correcto.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** refuta o seguinte: -----

----- “Sim, mas a Proposta não foi alterada! Portanto, essa questão não se coloca. -----

----- Senhor Vice-Presidente quer acrescentar algo mas termina, não há mais, tenha

paciência!-----

----- Não há rectificação. Na Proposta não há rectificação a fazer.-----

----- Fará o favor de explicar.” -----

----- **CMO** -----

----- **Sr. Vereador Neno – Vice-Presidente** -----

----- O Senhor Vereador Neno prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Senhor Presidente, é fácil, aliás os próprios Senhores Deputados, alguns deles levantaram a questão, mas estarmos a falar em três vírgula cinco por cento ou estarmos a falar nos dois vírgula oito por cento, em relação ao valor que, pelos arredondamentos, dá praticamente a mesma coisa! Está-se a falar, se calhar, num céntimo, e, portanto, não se justificava alterar novamente nesta situação. Daí, nós termos mantido a Proposta.” -----

----- **Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana interveio e disse o seguinte: -----

----- “Julgo que o Senhor Vereador já referiu, não sei se entendi ou não, mas da leitura da Proposta parece ficar claro que isto tem a ver com Taxas relativas aos promotores imobiliários, portanto, aos construtores civis. Não tem a ver com os consumidores directos. E, aquilo que se repercute, de facto, sobre os consumidores directos, nesta matéria, de facto, é extremamente diminuta.” -----

----- Nós, realmente, se queremos alguma qualidade, também necessariamente temos que exigir e isto, de facto, em termos globais, penso, que realmente é uma pequena diferença. Muito obrigado.” -----

4.6.1.VOTAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria com vinte votos a favor, sendo quinze do PSD (Custódio Correia Paiva, Luís da Costa e Castro, Carlos Jaime Santos, José Vilhena Milhano, Luís Marques Mendes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Jorge Silva Pracana, Manuel Madeira Martinho, Alexandre Martins da Luz, António Viana Basto, Maria Madalena Castro, Fernando Caldeira Martins, José Jorge Pereira, Eduarda Maria Matos Godinho, José Manuel Duarte Meira e Jorge Valle Oliveira Batista), quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Manuel Milheira Pinto Ferreira) e um voto do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e nove abstenções, sendo oito do PS (Marcos Sá Rodrigues, Pedro Afonso Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Cláudia Monteiro Silva, Pedro Licínio Pereira, Pedro Duarte Lara Everand, João Carlos Veigas e António Lopes Cabral) e uma do Bloco de Esquerda (Carlos Fernando Sousa Gaivoto) e que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- DELIBERAÇÃO N.º 20 /2004 -----

PROPOSTA C.M.O. N.º 1682/03 – ACTUALIZAÇÃO DAS COMPARTICIPAÇÕES PARA OBRAS GERAIS DE REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA O ANO 2004 – SMAS -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil seiscentos e oitenta e dois barra zero três, a que se refere a deliberação número cinquenta e seis da reunião da Câmara Municipal, realizada em doze de Janeiro último e que ratificou a deliberação do Conselho de Administração, realizada em nove de Dezembro de dois mil e três e deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do Partido Social Democrata, quatro da Coligação Democrática Unitária e um do Centro Democrático Social/Partido Popular e nove abstenções, sendo oito do Partido Socialista e uma do Bloco de Esquerda, aprovar a Actualização das Comparticipações para Obras de Reforço de Abastecimento de Água para o ano de dois mil e quatro dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, cuja importância se transcreve:-----

“Dois mil e três – variação percentagem dois mil e três/dois mil e quatro (sem arredondamento)

– dois mil e quatro (com arredondamento). -----
Habitação e Comércio – um euro e sessenta e três cêntimos – três vírgula cinco por cento – um euro e sessenta e nove cêntimos. -----
Indústria – quarenta e oito cêntimos – três vírgula cinco por cento – cinquenta cêntimos. -----
Equipamento – quarenta e cinco cêntimos – três vírgula cinco por cento – quarenta e sete cêntimos. -----
----- (Valores por metro quadrado de construção e isentos de IVA) ”. -----
----- Conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----
----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----
----- (Assina esta Deliberação a Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Dona Maria Madalena Castro.) -----

4.6.1.1. Sr. Pedro Melo e Sá (PS) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- O Senhor Deputado Pedro Melo e Sá fez a seguinte Declaração de Voto: -----
----- “O Partido Socialista absteve-se nesta votação, devido ao facto de ter havido a possibilidade, por parte do Conselho de Administração dos SMAS de rectificar os valores durante todo o tempo que mediou desde a votação até à aprovação nesta Assembleia Municipal para os valores da Inflação Esperada pelo Governo e não o ter feito. Como tal, abstivemo-nos nesta votação.” -----

4.6.1.2. Sr. Jorge Pracana (PSD) – DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte Declaração de Voto: -----
----- “O PSD votou a favor esta Proposta, aliás oriunda da Administração dos SMAS, da qual fazem parte não só a Câmara de Oeiras como a Câmara de Amadora. E, portanto, se ambos os Municípios entenderam que era a forma mais adequada de apresentar esta Proposta, aqui, nós entendemos, de facto, subscrevê-la. Muito obrigado.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- **Sr. Presidente** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal refere o seguinte: -----

----- “Obrigado também.” -----

----- Senhores Deputados, como disse há instantes, vamos encerrar aqui a nossa Sessão de hoje, fica suspensa aqui e vai continuar, já auscultei particularmente vários Grupos, no dia dezoito, às quinze horas com a restante Ordem de Trabalhos. -----

----- Muito obrigada a todos e um bom fim-de-semana.” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público. -----

6. MARCAÇÃO DA PRÓXIMA REUNIÃO -----

----- Por decisão unânime da Mesa e de acordo com os Líderes Parlamentares, o Senhor Presidente marcou a próxima Reunião da Assembleia Municipal para o dia dezoito de Maio de dois mil e quatro, às quinze horas e no mesmo local. -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- O Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião às dezanove horas e dez minutos, à qual estiveram presentes quarenta Membros (Elísio Olavo das Neves Gouveia da Veiga, Custódio Mateus Correia de Paiva, Luís d’Andrade da Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Fonseca Santos, António Joaquim Moreira, José Carlos Estorninho, Rui Manuel de Freitas, José António Vilhena Milhano, Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes, Luiz Gonzaga Cardoso de Menezes, Jorge Manuel Silva Pracana, Manuel António Madeira Martinho, Alexandre Manuel Martins da Luz, António José Viana Basto, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Silva Castro, Levy Nunes Gomes, Fernando Caldeira Martins, José Jorge Pereira, Fernando Augusto Frade dos Santos Ferreira, Eduarda Maria Matos Godinho, Armando Agria Cardoso Soares, José Manuel Parreira Duarte Meira, Jorge Valle de Oliveira Batista, Marcos Sá Rodrigues, Pedro Afonso Moita de Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques,

Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Sofia Monteiro da Silva, Pedro Licínio Martins Pereira, Pedro Duarte Lara Everand, João Carlos Macedo Viegas, António José Coutinho Lopes Cabral, José António Tavares da Cruz, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira, Paulo Henrique Mendes de Miranda e Carlos Fernando de Sousa Gaivoto) desta Assembleia Municipal, conforme listas anexas. -----

----- Para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Secretários da Mesa Assembleia Municipal. -----

----- (Acta assinada pelo Senhor Presidente, Doutor Luís Manuel Marques Mendes, pela Primeira Secretária, Dona Maria Madalena Castro e pelo Segundo Secretário, em substituição da Doutora Maria Alexandra Fraga, Doutor Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz.)-----